



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
BACHARELADO EM BIBLIOTECONOMIA

JACKSON RILTON LIMA ARAUJO NUNES

BIBLIOTECA ESCOLAR NO BRASIL:
REFLEXÕES ACERCA DA BIBLIOTECA DA ESCOLA MUNICIPAL DUQUE DE CAXIAS
COM BASE NAS DIRETRIZES IFLA/UNESCO

JOÃO PESSOA
2018

JACKSON RILTON LIMA ARAUJO NUNES

BIBLIOTECA ESCOLAR NO BRASIL:
REFLEXÕES ACERCA DA BIBLIOTECA DA ESCOLA MUNICIPAL DUQUE DE CAXIAS
COM BASE NAS DIRETRIZES IFLA/UNESCO

Trabalho apresentado ao Curso de Bacharelado em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Rosa Zuleide Lima de Brito

JOÃO PESSOA
2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N972b Nunes, Jackson Rilton Lima Araujo.

Biblioteca Escolar no Brasil: reflexões acerca da biblioteca da Escola Municipal Duque de Caxias com base nas diretrizes IFLA/UNESCO / Jackson Rilton Lima Araujo Nunes. - João Pessoa, 2018.

51 f.

Orientação: Rosa Zuleide Lima de Brito.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Biblioteca Escolar. 2. IFLA/UNESCO. 3. Desenvolvimento de Coleções. I. Brito, Rosa Zuleide Lima de. II. Título.

UFPB/BC

**BIBLIOTECA ESCOLAR NO BRASIL:
REFLEXÕES COM BASE NAS DIRETRIZES IFLA/UNESCO**

Trabalho apresentado ao Curso de Bacharelado em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Data de aprovação: 21/06/2018

Banca examinadora

Rosa Zuleide Lima de Brito

Profª Drª Rosa Zuleide Lima de Brito
Orientadora- DCI/UFPB

Maria Amélia Teixeira da Silva

Profa. Ma. Maria Amélia Teixeira da Silva
Membro – DCI/UFPB

Genoveva Batista do Nascimento

Profa. Ma. Genoveva Batista do Nascimento
Membro – DCI/UFPB

Maria, a ti.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha tia Zeta, Bibliotecária informal. Sem seu apoio silencioso e diligente, nada disso seria possível.

À minha avó, Dona Gracinha, Voão, pelo carinho e dedicação com que sempre me compreendeu.

À minha mãe, Lygia, pelas horas de atenção, força, determinação, cuidado e amor, muito obrigado.

Ao meu avô, Tarcísio, fonte de inspiração constante, seja como homem, avô e marido.

Ao meu pai, Rilton, por me mostrar indiretamente a paixão pela literatura e pelo cinema que me acompanham até hoje.

Ao meu irmão Jefferson, pelo exemplo de homem e pai. A Alice, minha irmã, pelo suporte nos momentos mais difíceis da família.

A Ana e Ricardo, sobrinhos queridos, que me fazem, por alguns momentos, esquecer as agruras da vida.

Às minhas tias, Cleonice, por me ensinar a sempre andar de cabeça erguida, e Nevinha, por ter ido nos socorrer em São Paulo.

Ao meu tio Fernando, pelas horas de ensinamento quando criança.

À professora Rosa Zuleide Lima de Brito, pelos apontamentos, atenção e profissionalismo que me orientaram nesta empreitada.

Por fim, o agradecimento à minha esposa Maria, pela confiança, sabedoria, paciência, carinho, compreensão e amor que me acompanham desde sempre. Por seu exemplo e determinação em enfrentar a vida de peito aberto e com coragem, que por vezes me inspira, esse momento é quase todo seu. Obrigado!

RESUMO

Objetiva discutir o papel e a importância das bibliotecas escolares, a partir da análise das recomendações constantes nas diretrizes da IFLA/UNESCO (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias/Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), específicas para este espaço. Através da análise desse manifesto, aliada às teorias e discussões propostas por estudiosos da área, bem como à leitura de artigos científicos, destacaremos aspectos importantes em relação ao tema, com o objetivo específico de aplicar o conhecimento à análise de uma biblioteca da rede municipal de ensino da cidade de João Pessoa. Buscou-se, desta forma, demonstrar a importância das bibliotecas escolares como locais que, usados de forma recomendada, podem servir de espaço de transformação social. Utilizou-se a abordagem qualitativa, a pesquisa caracteriza-se como sendo bibliográfica/exploratória, com abordagem qualitativa, sugerindo propostas para auxiliar e atender as necessidades reais dos usuários da biblioteca escolar analisada, a partir, principalmente, da elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções. O resultado aponta, que ainda há muito a conquistar no que diz respeito ao que recomendam as diretrizes do referido documento, de forma que apresentamos sugestões viáveis na tentativa de otimizar o papel da biblioteca como espaço indispensável à prática educativa, não apenas no contexto escolar específico em análise.

Palavras-chave: Biblioteca escolar. Desenvolvimento de coleções IFLA/UNESCO.

ABSTRACT

Objective of this work is to discuss the role and importance of school libraries, based on the analysis of the recommendations contained in the IFLA/UNESCO guidelines, specific to this area. Through the analysis of this manifesto, allied to the theories and discussions proposed by scholars in the area, as well as to the reading of scientific articles, we will highlight important aspects in relation to the subject, with the specific objective of applying the knowledge to the analysis of a library of the teaching municipal network in the city of João Pessoa. In this way, we will try to demonstrate the importance of school libraries as places that, when used in a recommended way, can serve as a space for social transformation. We use the qualitative approach and bibliographical / exploratory research, suggesting proposals to assist and meet the real needs of the users of the analyzed school library, mainly based on the development of a policy of collections development. As a result, we believe that there is still much to be achieved with regard to what the guidelines of the above document recommend, so that we present feasible suggestions in an attempt to optimize the role of the library as an indispensable space for educational practice, not only in the specific school context under analysis.

Key words: School library. Collections development. IFLA / UNESCO

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 8 |
| 2 BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL: ALGUMAS INFORMAÇÕES | 10 |
| 2.1 BIBLIOTECA ESCOLAR: Alguns Conceitos..... | 12 |
| 2.1.1 Importância..... | 15 |
| 2.1.2 Breve Histórico no Brasil..... | 16 |
| 2.3 BIBLIOTECAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JOÃO PESSOA..... | 20 |
| 3 MANIFESTO DA IFLA/UNESCO: PONTOS DE PARTIDA | 22 |
| 3.1 DIRETRIZES..... | 23 |
| 3.2 SOBRE O MANIFESTO: Algumas Considerações | 24 |
| 4 METODOLOGIA..... | 30 |
| 5 ANÁLISE DA BIBLIOTECA ESCOLAR EM RELAÇÃO ÀS DIRETRIZES DA IFLA/UNESCO | 32 |
| 5.1 BIBLIOTECA DA ESCOLA DUQUE DE CAXIAS: Situação Atual e Reflexão | 32 |
| 5.2 CONDIÇÕES MÍNIMAS DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA ESCOLAR .. | 36 |
| 6 PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES PARA A BIBLIOTECA DA ESCOLA MUNICIPAL DUQUE DE CAXIAS . | 41 |
| 6.1 ACERVO | 42 |
| 6.2 CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO | 45 |
| 6.3 AVALIAÇÃO DE COLEÇÕES | 45 |
| 6.4 REVISÃO DA POLÍTICA | 46 |
| 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 47 |
| REFERÊNCIAS | 48 |
| ANEXO – Autorização de Desenvolvimento de Pesquisa na Biblioteca Escolar..... | 51 |

1 INTRODUÇÃO

A produção desta pesquisa veio da ideia que surgiu na disciplina de Gestão de Coleções, na qual foi pedido que escrevêssemos um artigo científico relacionado a uma biblioteca de nossa escolha. Pelo sentimento de realização e interesse daquela produção, a ideia foi se desenvolvendo aos poucos, até que tomou forma definitiva com a aproximação da conclusão do curso. Além disto, vivenciávamos com preocupação a questão de uma biblioteca escolar estar sendo impossibilitada de atender seus usuários nos requisitos mais básicos a que é destinada. Aos poucos os pontos foram se juntando, as questões foram tomando forma, as ideias se encaixando.

As bibliotecas escolares são importantes ferramentas que, usadas de forma eficiente, abrangente e correta, permitirão transformar indivíduos e comunidades onde estão inseridas, através da informação, lazer, cidadania, ética e responsabilidade social. A relevância cultural da biblioteca escolar é afirmada e defendida pela IFLA em conjunto com a UNESCO, ao considerarem a biblioteca como um ambiente não apenas de convergência de materiais de pesquisas, mas também de encontros diversos envolvendo a comunidade escolar, além da participação ativa do próprio bibliotecário, na condição de profissional capacitado à abertura do espaço para leituras em voz alta ou atividades de contação de histórias para os pequenos (IFLA; UNESCO, 2006).

Nem sempre presentes nas escolas, as bibliotecas escolares, no entanto, quando existem, sofrem com vários problemas, que vão desde a falta de bibliotecários ao uso incorreto do ambiente, por exemplo. Entretanto, a Lei Nº 12.244, sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2010, prevê entre outros pontos, que toda biblioteca escolar deverá ter no mínimo um livro para cada aluno matriculado e a contratação de um bibliotecário para cada uma dessas unidades de informação até o ano de 2020.

Visando à melhoria e otimização do ambiente escolar através do uso adequado do espaço da biblioteca, as diretrizes da IFLA/UNESCO convidam para que uma série de medidas sejam adotadas pelos respectivos governos, sejam eles estaduais, municipais ou federais, pois:

A biblioteca escolar proporciona informação e ideias fundamentais para sermos bem sucedidos na sociedade actual, baseada na informação e no conhecimento. A biblioteca escolar desenvolve nos estudantes competências para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, permitindo-lhes tornarem-se cidadãos responsáveis. (IFLA; UNESCO, 2006, p.03)

Dessa maneira, com a realização deste trabalho, buscamos responder ao seguinte questionamento: quais diretrizes do documento da IFLA/UNESCO a biblioteca da Escola Municipal de Duque de Caxias atende de forma satisfatória? Dessa forma, foi realizada uma leitura abrangente das diretrizes IFLA/UNESCO no que diz respeito às bibliotecas escolares no Brasil, associando o estudo do tema a uma reflexão sobre o caso da biblioteca da Escola Municipal Duque de Caxias, da cidade de João Pessoa, tendo como objetivo geral analisar as recomendações daquele documento, pontuando alguns aspectos históricos sobre as bibliotecas escolares no Brasil. Como objetivo específico, proporemos melhorias para a biblioteca escolar analisada, de acordo com a realidade observada.

Quanto aos aspectos metodológicos, trata-se de um estudo de caso, de cunho qualitativo, de caráter bibliográfico/exploratório, conforme discorreremos mais adiante, no capítulo quatro. Para o corpo de desenvolvimento deste trabalho, optamos por organizá-lo da forma que segue.

No segundo capítulo, fazemos um breve histórico de como as bibliotecas escolares se desenvolveram no Brasil, desde o tempo colonial até os dias mais recentes, passando à discussão de conceitos de diferentes autores sobre biblioteca escolar, e em que aspectos se conectam à realidade brasileira, seguindo com uma discussão sobre a importância desse espaço no ambiente escolar. Entrando no nosso campo específico de estudo, finalizaremos o capítulo com a apresentação de dados recentes sobre as bibliotecas das escolas da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa.

No capítulo a seguir, fizemos a leitura comentada do Manifesto conjunto da IFLA/UNESCO a respeito das bibliotecas escolares, analisando as diretrizes estabelecidas e sua relação com a realidade da biblioteca da Escola Municipal Duque de Caxias, sobre a qual passamos à discussão no quinto capítulo, após exposição da metodologia utilizada durante a pesquisa.

A escolha da referida biblioteca se deveu ao fato de estar localizada no mesmo ambiente onde exercemos nossa profissão, na secretaria da escola, estando assim, ambientados com a biblioteca e em contato com os profissionais que fazem parte da comunidade escolar. Acreditamos que muitas mudanças devem ser feitas no local, devido aos problemas encontrados, pois, como bibliotecários, desejamos uma biblioteca mais eficiente e voltada para as necessidades daqueles que o procuram em busca de informação. Nesse sentido, encerramos esse trabalho com a sugestão de uma política de desenvolvimento de coleções, a qual poderá proporcionar um acesso equânime voltado às reais necessidades de seus usuários.

2 BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL: ALGUMAS INFORMAÇÕES

Antes de iniciarmos as considerações sobre a biblioteca escolar, de forma geral e na realidade a qual optamos analisar, é imprescindível que tracemos um breve panorama histórico. Como ponto de partida, faz-se importante destacar que “as primeiras bibliotecas escolares surgiram no Brasil no século XVI, nos conventos dos padres jesuítas que chegaram ao país com a pretensão de catequizar os índios e instruir os primeiros colonos portugueses (CAMPELLO, 2015, p.02).” Estando, como sabemos, vinculados à igreja, esses ambientes não podiam ser considerados como locais públicos. Esta situação vai perdurar até o século XIX, já que durante este período, além das bibliotecas encontradas em conventos e mosteiros, o outro tipo existente é aquele de caráter particular, já que “as ordens religiosas continuaram a manter colégios, que passaram a atender a elite da sociedade da época: filhos de empresários, intelectuais, funcionários do governo, o que ocorre até hoje (CAMPELLO, 2015, p.02).”

A situação começa a mudar a partir da chegada da família real e a transferência da biblioteca portuguesa, que aqui será instalada por volta de 1811, mas ainda fechada ao público. Passados três anos, suas portas são abertas à população:

A biblioteca foi oficialmente inaugurada no dia 13 de maio de 1811, data de aniversário de D. João, nas instalações do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, sendo franqueada apenas aos estudiosos mediante prévia solicitação. Em 1814, a biblioteca foi aberta ao público, tendo como “prefeitos” designados Frei Gregório José Viegas e Frei Joaquim Dâmaso, além de três “serventes” portugueses, todos vindos da Biblioteca d’Ajuda— José Joaquim de Oliveira, José Lopes Saraiva e Feliciano José e um auxiliar Luís Joaquim dos Santos Marrocos. Em 1821, foi publicado seu estatuto, o qual surpreende pelo conteúdo de seus 32 artigos, os quais pouco difere da maioria dos regimentos de algumas de nossas bibliotecas. (SANTOS, 2010, p. 54)

É também por volta de 1811 que vai surgir a primeira biblioteca pública, na Bahia, já que a biblioteca nacional ainda não havia sido aberta ao público, bem como a dos conventos que estavam destinadas a estudantes e o clero. Dessa maneira,

A Biblioteca Pública da Bahia foi fundada no dia 13 de maio de 1811, na administração de D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos e então Capitão-General da Província da Bahia, porém não foi dele a iniciativa e sim de um rico senhor de engenho, Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco e de um grupo de homens inteligentes e cultos, que, às escondidas, liam em clubes maçônicos, livros franceses de idéias filosóficas e políticas. (SANTOS, 2010, p. 56)

Mesmo com tímido avanço no período já destacado, será apenas por volta de meados do século XX, mais precisamente no período do governo de Getúlio Vargas, que as

bibliotecas públicas brasileiras adquirem uma relevância maior em termo de políticas públicas e atenção governamental. Em 1937 foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL), o que à época foi fundação suficiente para crescerem discussões sobre um possível fortalecimento das bibliotecas públicas (CRUZ; CARVALHO, 2014).

Entre este período e os dias atuais, algumas leis e medidas foram tomadas em relação às bibliotecas públicas, mas sempre através de medidas paliativas e sem a necessária preocupação com o problema. Mais recentemente é que foram estabelecidos alguns avanços em relação à situação.

No ano de 2010, foi sancionada a Lei 12.244/2010 que tem por objetivo universalizar as bibliotecas escolares em um período de dez anos, ou seja, até 2020, bem como empregar bibliotecários para gerenciamento destes ambientes. Entretanto, com os últimos acontecimentos ocorridos na política nacional – impeachment, corte nos investimentos em educação, etc. – somados à ineficiência de leis e políticas voltadas à educação, tais mudanças talvez não se concretizem no prazo estipulado. Outro problema evidenciado, nas palavras de Russo e Souza (2013, p.6), envolve o papel do bibliotecário na ótica de gestores, responsáveis por bibliotecas escolares públicas:

A escola não percebe o papel social do bibliotecário, restringindo sua atuação às atividades técnicas, do tratamento da informação. É assim que a escola age; oferece resistências ao trabalho conjunto do bibliotecário e do pedagogo, pois não reconhece no seio de ambas as profissões uma unidade que possa promover experiências e facilitar novos tipos de configurações disciplinares.

Na citação acima podemos compreender a dificuldade encontrada em muitas bibliotecas escolares país afora. Outro grande problema, como é o caso do ambiente que trataremos nas seções seguintes, é a falta do bibliotecário nessa unidade de informação. Não é à toa que a lei 12.244/2010 veio para tentar coibir o total descaso com este tipo de biblioteca, mas também para garantir que interesses políticos, na maioria das vezes com intenção eleitoreira, empreguem pessoas totalmente despreparadas para exercer função estranha a suas competências e saberes.

Vejamos as palavras de Suaiden (1980, p.2):

Na área das bibliotecas públicas, cada vez mais se comprova que esse tipo de prestação de serviços é missão indeclinável do Estado. O livre acesso ao conhecimento registrado é pré-requisito para a formação de comunidades autoconscientes, integradas na cultura de sua nação, ajustadas ao seu tempo e aptas a encontrar o equilíbrio na síntese das ideologias possíveis, que tornam tão variadas as opções de vida na sociedade contemporânea. A função social da biblioteca está

integrada com a da comunidade e a da escola. Biblioteca e escola se complementam, se sucedem em diferentes etapas da vida do indivíduo e o marcam para sempre.

O texto, de quase 40 anos atrás, traz uma pertinente reflexão sobre a obrigação do estado para com as bibliotecas públicas, notadamente aquelas situadas em contexto escolar. A função social da biblioteca, aliada ao respeito e evolução dos saberes entre todos os que fazem a escola, é preocupação recorrente, constatação que só traz ainda mais relevância à necessidade de discutirmos, na academia e na escola, os grandes caminhos a serem percorridos na eterna busca por condições favoráveis à realidade escolar brasileira.

2.1 BIBLIOTECA ESCOLAR: Alguns Conceitos

Biblioteca escolar, podemos afirmar, é um tema bastante comentado e estudado durante o período que passamos na graduação em Biblioteconomia, seja pela viabilidade de estudá-la, já que quase todas as escolas possuem pelo menos um lugarzinho chamado de biblioteca, ou pelo seu caráter transformador. Outro tema recorrente nas aulas acadêmicas e em livros consultados, diz respeito à utilização do espaço de forma totalmente equivocada: depósito de livros ou lugar de castigo. O fato é que, com pouquíssimas exceções, as bibliotecas escolares são utilizadas de forma incorreta e contraproducente, traumatizando alunos e afastando a equipe escolar, quando deveriam servir de auxílio no desenvolvimento intelectual de todos os que fazem a escola. Nesse sentido, procuramos dar enfoque ao que é recomendado pelo manifesto da IFLA/UNESCO e o que é visto na prática.

Antes de nos aprofundarmos com detalhes sobre as questões que nos chamam mais atenção para a realização deste trabalho, como os problemas decorrentes da utilização incorreta do ambiente e algumas sugestões de solução, dentre outros aspectos específicos, faz-se importante o levantamento de algumas definições e características das Bibliotecas Escolares.

Nas palavras de Pimentel (2007, p.23), a biblioteca escolar é:

[...] organizada para integrar-se com a sala de aula e no desenvolvimento do currículo escolar. Funciona como um centro de recursos educativos, integrado ao processo de ensino-aprendizagem, tendo como objetivo primordial desenvolver e fomentar a leitura e a informação. Poderá servir também como suporte para a comunidade em suas necessidades.

Ao fazermos uma pequena visita em escolas, principalmente aquelas do ensino fundamental, quando não há profissionais responsáveis pela correta administração do espaço,

é comum nos depararmos com o tratamento da biblioteca como lugar de castigo ou mero “depósito de livros”. Através da definição acima, no entanto, podemos perceber que a biblioteca escolar vai muito além dessa triste realidade. Sua principal função é despertar o interesse dos alunos para o mundo da leitura, bem como oferecer informação e complementação ao que é ensinado em sala de aula. É preciso transferir ao aluno diferentes tipos de leitura, dotá-lo da capacidade de pesquisa, incuti-lo da autonomia necessária para discernir a informação precisa e correta. Desta forma, a biblioteca deve ter papel determinante e fundamental nos rumos assumidos pela escola, sendo parte integrante das atividades desenvolvidas e planejadas em todos os níveis escolares.

Na mesma linha de raciocínio de Pimentel (2007), temos o raciocínio de Côrte e Bandeira (2011), para quem a biblioteca escolar:

[...] possibilita tanto a eles [alunos] quanto aos demais membros da comunidade escolar tornarem-se cidadãos críticos e usuários de informação. Isso lhes permitirá alcançar um crescimento integral, aptos a viverem num mundo onde a informação e o conhecimento são indispensáveis. A biblioteca faz a diferença. Deve ser pensada como um espaço onde crianças, jovens e adolescentes sejam mais que consumidores culturais. Sejam criadores de cultura, compartilhem experiências, criem ambiente de aprendizado, sejam capazes de redescobrir e ampliar seus conhecimentos, de opinar, avaliar criticamente, desenvolver pesquisas e aptidão para leitura. (CÔRTE; BANDEIRA, 2011, p.08)

Como podemos notar, a biblioteca escolar é responsável por desenvolver uma série de habilidades e competências que dotarão futuros cidadãos de capacidade crítica, de escolha dos caminhos, bem como do necessário poder de análise de questões culturais, comportamentais ou políticas, por exemplo.

Como espaço de convergência de ideias e compartilhamento de conhecimento, a biblioteca escolar é verdadeiro espaço revolucionário na formação crítica dos estudantes para a vida. Além do mais, cabe lembrar que a biblioteca escolar é uma peça importante não apenas no aprendizado dos alunos, mas no auxílio e execução de todas as atividades que envolvem professores e equipe pedagógica, bem “como espaço de busca de informação e como influência modelizadora para que os alunos desenvolvam habilidade no uso de informação, habilidades que irão capacitá-los para aprender de maneira independente e contínua. (CAMPELLO, 2001, p. 72)”.

É notório que ambientes dessa natureza vão se transformando com o passar do tempo e com o desenvolvimento de novas tecnologias. No caso das bibliotecas escolares na atualidade, tem havido a crescente oferta de verbas específicas destinadas à implantação de

ferramentas que acabam por transformar a maneira como são oferecidos produtos e serviços, os quais adquirem novas dimensões. Assim sendo, temos que:

A biblioteca transformou-se num centro de recursos multimédia de acesso livre, destinado à consulta e produção de informação em suportes variados. Apoiando o trabalho dos professores (no apoio a actividades curriculares ou de formação contínua), coordenando as suas actividades com as bibliotecas públicas e com outras BEs, contribuindo para o desenvolvimento de um novo quadro de relações com a comunidade, a BE terá de ganhar uma nova dimensão. (DIAS, 2007, p.31)

Em relação ao profissional responsável pelas atividades de administração e gerenciamento das bibliotecas escolares, tal papel, não resta dúvida, cabe ao bibliotecário. Embora tenhamos notado que isso raramente ocorra nas realidades às quais temos acesso, como veremos adiante, ele é o profissional capacitado que deve estar constantemente atento às necessidades de seus usuários, já que “A eficiente administração da biblioteca escolar implica oferecer produtos e serviços que lhe permitam cumprir sua missão e atingir seus objetivos. (CÔRTE; BANDEIRA, 2011, p.35)”, e isso apenas um bibliotecário profissionalmente habilitado pode proporcionar com eficácia. Além disso,

a ausência de um profissional especializado para assumir a responsabilidade pela biblioteca traz diversas consequências, desde a desativação do espaço, passando pela limitação de horário de atendimento até a precariedade dos serviços oferecidos (CAMPELLO, 2015, p. 05).

Assim, para que tal missão seja completamente realizada em parceria com professores e equipe pedagógica, é necessário que o profissional possua competências das mais diversas, como por exemplo, manter-se atualizado, atuar positivamente, conhecer novas tecnologias, liderar, etc., visto que,

[...] o papel do bibliotecário não é apenas oferecer os melhores recursos informacionais, mas sim criar mecanismos que facilitem e treinem estes usuários da escola para o uso eficiente e eficaz dos mesmos, juntamente com a colaboração do professor, tornando-os capacitados para manipular com autonomia os recursos informacionais, de forma crítica e reflexiva, voltados para o mercado de trabalho e para a vida cotidiana. (RUSSO; SOUZA, 2013, p.4-5)

Outro ponto bastante importante em relação ao tema diz respeito à política de desenvolvimento de coleções da biblioteca escolar, que deverá ser o princípio norteador dos caminhos a serem escolhidos, pois através desta ferramenta serão levados em conta os mais variados aspectos que formarão as bases do que o local poderá oferecer, tanto em termos de

acervo, serviços e objetivos principais, quanto em relação a sua estrutura. Mais adiante, voltaremos a esta questão.

2.1.1 Importância

Após algumas definições mencionadas no tópico anterior, damos continuidade ao tema, pensando a questão da importância da biblioteca escolar, bem como sua efetiva participação na educação e futuro da sociedade. A biblioteca, usando uma descrição bem simples, é o local voltado à aquisição do conhecimento, bem como acesso à informação e, claro, ao lazer. Vista desta forma, podemos pensar que seus objetivos estão circunscritos aquele ambiente, sem, no entanto, atentarmos para o fato que são locais de guarda de informações, acesso ao saber, entretenimento e, principalmente, ponto inicial de transformações sociais. Nas palavras de Pimentel (2007, p. 20),

Assim, podemos dizer que a biblioteca é uma alternativa de inclusão social e se configura como um ambiente democrático, tendo a informação como uma ferramenta importante para a conscientização dos direitos e deveres de cada cidadão como membro da sociedade.

A importância e relevância de uma biblioteca estão no fato de proporcionar à sociedade a capacidade de adquirir uma visão crítica do seu entorno, bem como desenvolver processos que possibilitem refletir sobre atitudes, conhecimento, buscas e desafios. Através dela, portas são abertas, a imaginação corre solta, desafios são vencidos, novas possibilidades aparecem.

Dessa forma, o papel da biblioteca escolar ganha contornos ainda mais fundamentais e nítidos, haja visto que sua relevância reside no fato de ser a formadora de novos leitores, de alunos mais interessados, potenciais usuário da informação. Além disso, segundo Filho (2010), citado por Côrte e Bandeira (2011, p.3), “O papel da biblioteca escolar é incentivar a leitura reflexiva, pois através dela o aluno terá outra concepção do texto, não como algo estético, desprovido de sentido e de valor, mas como algo vivo, repleto de significados e informações interessantes”.

Como citado no tópico anterior, a biblioteca escolar também serve de importante aliada ao ensino na sala de aula, ora servindo como complementação ao que é ensinado, ora ensinando o modo correto de pesquisar. Para Côrte e Bandeira (2011, p.08), não há efetividade no ensino-aprendizagem sem o auxílio de uma biblioteca:

Na fase escolar, não se concebe a efetividade do processo de ensino-aprendizagem sem uma biblioteca que ofereça serviços de informação aos alunos. Ela possibilita tanto a eles quanto aos demais membros da comunidade escolar tornarem-se cidadãos críticos e usuários de informação. Isso lhes permitirá alcançar um crescimento integral, aptos a viverem num mundo onde a informação e o conhecimento são indispensáveis. A biblioteca faz a diferença. Deve ser pensada como um espaço onde crianças, jovens e adolescentes sejam mais que consumidores culturais. Sejam criadores de cultura, compartilhem experiências, criem ambiente de aprendizado, sejam capazes de redescobrir e ampliar seus conhecimentos, de opinar, avaliar criticamente, desenvolver pesquisas e aptidão para leitura.

As mesmas autoras atentam para o fato de que a biblioteca escolar tem a capacidade de despertar o gosto pela leitura, transformando jovens alunos em apaixonados leitores pelo resto da vida, como enfatiza CORTE e BANDEIRA (2011, p.9):

É à biblioteca que cabe fazer nascer no aluno o interesse, germinar a curiosidade e fazê-lo voltar a outros livros. Essa é sua missão. O retorno de seus leitores em busca de novos conhecimentos e emoções. Leitores cativos, apaixonados e rendidos. Uma legião de leitores fiéis que se farão presentes pelo resto da vida em quaisquer outras bibliotecas do mundo.

Como podemos perceber até aqui, a biblioteca escolar além de despertar o gosto pela leitura, servir de auxílio à aprendizagem, formar adultos mais conscientes e críticos e permitir o acesso à informação, infelizmente, na maioria das vezes, não atinge esses propósitos. São inúmeros fatores que impossibilitam o cumprimento de tais pontos: falta de apoio governamental, falta de bibliotecários, desmotivação de profissionais, uso incorreto do ambiente, uso inadequado ou inexistência de políticas, falta de integração entre equipe pedagógica e biblioteca, etc. Embora, existam importantes avanços com a promulgação da Lei n. 12.244/2010, sancionada pelo então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, estamos bem distantes da realidade que a lei determina. Veremos, no tópico seguinte, um breve histórico da biblioteca no Brasil, bem como o desenvolvimento de alguns pontos supracitados.

2.1.2 Breve Histórico no Brasil

Bibliotecas escolares, entendidas como as descrições dos tópicos anteriores, são um ambiente relativamente novo, principalmente no ensino público, tendo em vista que há poucas décadas não havia investimento governamental significativo na criação e manutenção desse importante espaço. A verdade é que este fato não parecia muito diferente em termos

gerais, quando muitas escolas, mesmo particulares, não ofereciam nada parecido com bibliotecas escolares, e tudo ficava nas mãos dos professores:

O professor era o grande responsável pela formação educacional e cultural dos alunos, e as escolas nem sempre possuíam bibliotecas. Muitos de nós estudamos sem ter tido a oportunidade de frequentar uma boa biblioteca. Muitos conheceram a primeira biblioteca somente quando ingressaram na universidade. Essa realidade ainda faz parte de várias regiões e localidades do nosso país. (CÔRTE; BANDEIRA, 2011, p.04)

Para entendermos essas e outras questões, precisamos voltar aos tempos do Brasil colônia e verificar como tudo teve início. Com a chegada dos portugueses houve a necessidade de dominação dos habitantes do território, motivo pelo qual os jesuítas foram os responsáveis pela criação das primeiras bibliotecas do período colonial visando à catequização dos índios e educação formal dos colonos (SALA; MILITÃO, 2017). Mesmo com o pouco registro que foi possível apreender desse período, Russo e Souza (2013, p.3) afirmam que “pôde-se levantar que as primeiras bibliotecas brasileiras surgiram nos colégios jesuítas nos meados do século XVI”.

A história das bibliotecas no País esteve ligada, em seus primórdios, à questão religiosa. Como sabemos, a igreja católica tinha poderosa influência não só em Portugal, mas em toda a Europa. Os Portugueses, ao chegarem aqui, se depararam com uma enorme população indígena que desconhecia completamente qualquer vestígio do Cristianismo. Além disso, ainda segundo Russo e Souza (2013, p.3), “muitas outras escolas de ordem religiosa foram se estabelecendo no Brasil e, com elas, bibliotecas, que eram consideradas um ‘instrumento de luxo’”.

Outrossim, podemos perceber que as bibliotecas presentes nesses colégios eram destinadas ao clero, sem, no entanto, oferecer outros tipos de serviços à comunidade ou aos próprios indígenas. Importantes colégios religiosos eram fundados em pontos estratégicos país afora. A educação formal estava ligada diretamente à igreja e toda sua formalidade e hierarquia eclesiástica. Como bem frisa Silva (2011, p. 491): “a relação entre biblioteca escolar e o contexto escolar e educativo esteve diretamente relacionada a uma instituição: a igreja”.

Além disso, ocorriam problemas relacionados à inquisição católica que impunha censura à colônia, seja na forma de proibição de livros ou da instalação de tipografias. Vejamos como Santos (2010, p. 52) descreve tais problemas:

Os livros no Brasil Colonial eram escassos, devido à proibição de Portugal de se instalar uma tipografia no país e da censura imposta pela Inquisição Católica, além disso, não há muitas informações sobre bibliotecas particulares nos séculos XVI e XVII. A existência de uma vida cultural mais significativa passou a ocorrer a partir do século XVIII.

Esta situação prolonga-se até meados do referido século, quando o Marquês de Pombal, inspirado em ideais iluministas, que à época varriam o mundo com sua doutrina baseada na racionalidade, vai proibir a formação dos chamados noviciados, prática pela qual aqueles que desejavam seguir carreira eclesiástica, deveriam passar. Com isto, muitos conventos acabam fechando suas portas e, conseqüentemente, suas bibliotecas.

No século seguinte, mais precisamente a partir de 1808, as transformações culturais ocorridas com a transferência da família real à colônia, foram significativas. Bibliotecas, museus, imprensa e academias de áreas diversas do conhecimento instalaram-se e iniciaram oficialmente atividades no Brasil. Foi também nessa época que se formaram as primeiras bibliotecas estaduais (FONSECA, 2007, apud RUSO; SOUZA, 2013).

Tendo em vista essas mudanças, bem como a influência do governo central, aos poucos a situação começa a mudar. Aparecem os primeiros locais particulares destinados a guarda de livros, bem como o interesse de alguns poucos letrados na aquisição de exemplares bibliográficos.

A partir deste momento, com a desvinculação do ensino das bibliotecas dos colégios religiosos e a chegada da família real, as bibliotecas começam a assumir a forma que conhecemos. Vale salientar, no entanto, que não houve total desvinculação da questão religiosa, já que as instituições privadas que assumiram a educação possuíam métodos baseados na doutrina católica. Silva (2011, p. 494), afirma que:

Esses fatos nos remetem a três considerações: a primeira é de que a biblioteca escolar surge com um amplo aparato estrutural, seja em termos de infra-estrutura, seja de acervo; a segunda é que o acesso a ela era restrito aos integrantes das ordens religiosas, tais como bispos, padres e outros indivíduos da igreja; e, a terceira é que a biblioteca escolar, [...] em muitos casos, entre o século XVI e XIX, parecia mais uma biblioteca especializada, por ser mais utilizada para estudos religiosos e científicos, visando aprimorar a educação religiosa de seus usuários para a tarefa de catequizar e instruir índios e colonos.

Com esses pontos levantados, podemos perceber que a princípio as bibliotecas adquiriram duas características importantes: estiveram ligadas à religião e aos ensinamentos da igreja católica, bem como adquiriram um caráter elitista, já que no princípio serviam ao

clérigo que precisava catequizar a população indígena, passando em seguida para a mão de colégios privados ligados a elite burguesa no País.

Aqui, abrimos um parêntese para uma reflexão: até que ponto a maneira como essas bibliotecas foram concebidas, ou seja, locais destinados a pessoas mais abastadas, sem nenhuma preocupação com circulação de informação ou de desenvolvimento da leitura, influenciou nos costumes de muitas famílias tradicionais - naquele tempo e nos dias atuais - “fabricarem” bibliotecas para uso exclusivamente decorativo, vistas apenas como algo para impressionar a sociedade?

Ainda de acordo com Silva (2011, p. 495), observamos que surge outra situação:

[...] aparece uma terceira situação que, de certo modo, é uma tentativa de expandir a ideia de biblioteca escolar para outras escolas consideradas mais carentes, especialmente as de caráter público. No entanto, em termos factuais, nessa tentativa menospreza-se o potencial educativo e informacional da biblioteca escolar, predominando nela, ainda hoje, a composição de um espaço qualquer com livros de qualquer natureza, dentro da escola.

Fundada oficialmente em 1811, a Biblioteca Nacional foi outra importante etapa desse processo. Trazendo o acervo da família real portuguesa, foi aos poucos sendo aberta ao público, tendo alguns outros nomes antes do definitivo, oficializado em 1876. Seu acervo e beleza refletem-se na importância que teve na formação da cultura nacional, sendo hoje a maior biblioteca da América Latina.

A partir de meados do Século XX, a situação começa a tomar novos rumos através de várias reformas educacionais, como a da Escola Nova ou das Reformas propostas por Augusto Capanema. Enquanto que a primeira era baseada nas ideias de Fernando Azevedo e Anísio Teixeira, a última tinha a preocupação de estabelecer uma política nacional única (Silva, 2011), através da criação, em 1937, assinada pelo Presidente Getúlio Vargas, do Instituto Nacional do Livro (INL), atuando junto as prefeituras municipais no estabelecimento e auxílio de bibliotecas públicas e salas de leitura por todo o País, aumentando sobremaneira o seu contingente e sua importância.

Nessa época também surgem iniciativas dos governos voltadas à valorização da biblioteca bem como da participação dos usuários na formação de respectivos acervos. “A biblioteca escolar também foi contemplada durante o período de reforma educacional que envolveu as décadas de 1930 e 1940, como forma de impulsionar o processo de ensino-

aprendizagem e estimular o gosto pela leitura.” (EGGERT-STEINDEL; FONSECA, 2010 *apud* SALA, MILITÃO, 2017, p. 4671).

Com o passar do tempo, iniciativas como essa vão ficando esquecidas, desatualizadas ou extintas, como é o caso do INL, durante o governo Collor, implicando em um olhar mais atento dos governos para bibliotecas públicas, deixando de lado as bibliotecas escolares.

Sala e Militão (2017, p. 4699) advertem que:

[...] a biblioteca escolar não é relacionada em um debate mais profundo sobre a sua relevância no processo educacional. Contudo, devido à promulgação de recentes legislações e políticas educacionais, percebe-se que existe uma ação política preocupada com essas organizações. Apesar disso, o sistema educacional brasileiro ainda precisa caminhar muito para alcançar a qualidade da educação.

Em 2004 é editada a lei que estabelece o depósito legal, responsável por assegurar o envio de pelo menos um exemplar de toda publicação produzida em terras nacionais. Por fim, em 2010, tendo em vista as transformações relacionadas a um novo conceito e acesso a informação, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva decretou a Lei nº 12.244, que trata da obrigatoriedade de instalação de pelo menos uma biblioteca em todas as instituições de ensino brasileiras.

Nesse instrumento legal, publicado no Diário Oficial em 25 de maio de 2010, o Presidente sancionou alguns artigos relevantes para a área e que devem ser cumpridos, no prazo máximo de 10 anos, a partir da data de sua publicação, pelas escolas públicas e privadas brasileiras. (RUSSO; SOUZA, 2013, p.05)

Conforme ensinamento de Suaiden (1980), já destacado, não podemos perder de vista a função social da biblioteca escolar, no entendimento legal dado à obrigação do estado para com a criação e manutenção desses espaços de difusão da informação. Por este motivo, reiteramos importância da elaboração deste trabalho, o qual seguimos traçando um panorama da situação das bibliotecas escolares na Rede Municipal de Ensino de João Pessoa, aonde se situa a biblioteca escolar aqui estudada.

2.3 BIBLIOTECAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE JOÃO PESSOA

As escolas da rede municipal de João Pessoa são geridas através da Secretaria de Educação Municipal. Atualmente a pasta é comanda pela Professora e Pedagoga Edilma da Costa Freire, tendo como secretária adjunta, Maria América Castro. A Secretaria de Educação

foi instituída pela lei Lei n 8.996/99, tendo como objetivos a manutenção, organização, orientação, educação e coordenação no que tange a educação da capital paraibana.

Em relação à estrutura organizacional, segundo informações atualizadas do site da Secretaria de Educação, o município conta atualmente com 98 Escolas e 82 CREIS, distribuídas em 09 polos, sendo 18 escolas em tempo integral.

No artigo intitulado *Bibliotecas Públicas escolares do Município de João Pessoa: campo de trabalho em expansão*, Cruz e Carvalho (2013) fazem um importante mapeamento da realidade das bibliotecas escolares municipais à época. Embora o estudo tenha contado com a análise de 86 unidades, 12 a menos do que o número atual, ele oferece dados relevantes que devem ser levados em conta sobre o real contexto de funcionamento desses espaços em relação às diretrizes ideais estabelecidas pela IFLA/UNESCO.

As autoras apontam uma realidade que deixava em segundo plano o estabelecimento de condições ideais de funcionamento da biblioteca, fato que é comum no sistema escolar brasileiro como um todo, reportando, assim, um espaço que “tende a ser desestruturado e carente de recursos” (CRUZ; CARVALHO, 2013, p. 37).

Um aspecto importante ainda citado é a confusão entre bibliotecas e salas de leitura entre os profissionais responsáveis pela coordenação dos nove polos que abrigavam as 86 escolas da rede municipal de João Pessoa, segundo os dados da época. Segundo as autoras (2013, p.43), no que concordamos, essa confusão “acaba ocasionando uma visão distorcida dos serviços que poderiam ser disponibilizados para o desenvolvimento educacional dos alunos na escola”.

Somadas às dificuldades estruturais encontradas, em que meros espaços de acúmulo de livros não atendem às necessidades informacionais de uma unidade educacional, as autoras constataram à época “que não existe nenhum bibliotecário nas bibliotecas escolares da rede de ensino municipal de João Pessoa” (CRUZ E CARVALHO, 2013, p. 44).

Ao final, as autoras chamam à reflexão acerca da necessidade de atendimento à Lei 12.244/2010 no que se refere à contratação de pelo menos um profissional habilitado em Biblioteconomia para cada unidade escolar, além de defenderem a criação e legalização do Sistema de Bibliotecas Escolares Municipais, medidas que contribuiriam para minorar as dificuldades causadas pela inexistência de espaço adequado ao funcionamento das bibliotecas escolares na rede de ensino municipal.

3 MANIFESTO DA IFLA/UNESCO: PONTOS DE PARTIDA

A UNESCO ou Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura teve sua fundação no ano de 1945, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, tendo como objetivo principal a resolução de conflitos e a obtenção da paz mundial.

A constituição da Unesco foi ratificada por 20 Estados, entre eles o Brasil. De sua fundação até os dias atuais, o Órgão contou com filiações e desfiliações e hoje conta com 195 membros e 09 associados, números que confirmam a crescente importância da cooperação internacional em torno dos temas deliberados pela Organização.

Atualmente seus principais objetivos estão vinculados à cultura de paz e não violência, buscando resolução de conflitos e atitudes que evitem confrontação de qualquer espécie, tendo como suporte a educação, tolerância e aceitação. Além disso, outro ponto importante nas diretrizes da organização relaciona-se com educação para o desenvolvimento sustentável. A ideia principal aqui é a conscientização de que nossas atitudes e o modo de vida que levamos, tem consequências no planeta terra, bem como na vida futura das nossa gerações. Segundo palavras da própria Organização, a UNESCO trabalha visando a:

[...] melhorar o acesso à educação do desenvolvimento sustentável de qualidade em todos os níveis e em todos os contextos sociais, para transformar a sociedade, reorientando a educação e ajudando as pessoas a desenvolver os conhecimentos, habilidades, valores e comportamentos necessários para o desenvolvimento sustentável [...] Os indivíduos são encorajados a serem atores responsáveis que resolvem desafios, respeitam a diversidade cultural e contribuem para a criação de um mundo mais sustentável. (Tradução nossa)¹

Para o nosso trabalho, faz-se necessária a apresentação de uma outra organização internacional de fundamental importância nesse contexto.

A IFLA é uma organização internacional que representa as bibliotecas, bem como os serviços de informação ao redor do planeta, sendo responsável por incentivar, promover e encorajar medidas voltadas à informação e uso destes ambientes. IFLA é uma sigla de origem inglesa para a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias.

Fundada em 1927 em Edimburgo, na Escócia, em uma conferência internacional, [...] temos mais de 1.400 membros em mais de 140 países em todo o mundo. A

¹ “[...] mejorar el acceso a una educación sobre el desarrollo sostenible de calidad a todos los niveles y en todos los contextos sociales, para transformar la sociedad al reorientar la educación y ayudar a las personas a desarrollar los conocimientos, habilidades, valores y comportamientos necesarios para el desarrollo sostenible. [...] Se anima a los individuos a ser actores responsables que resuelven desafíos, respetan la diversidad cultural y contribuyen a crear un mundo más sostenible.” Disponível em: <https://es.unesco.org/themes/educacion-desarrollo-sostenible>. Acesso em 21 de março de 2018.

IFLA foi registrada na Holanda em 1971. A Biblioteca Real, a biblioteca nacional dos Países Baixos, em Haia, fornece generosamente as instalações para nossa sede. (Tradução nossa)²

Seus objetivos estão relacionados com a promoção de níveis satisfatórios dos serviços bibliotecários e da circulação da informação, difundir a importância das bibliotecas e serviços de informação, bem como atuar com a voz representativa dos seus membros.

Entre seus membros encontram-se pessoas de todos os continentes, divididos em três categorias: membros da associação internacional; membros da associação nacional; e membros institucionais. Dentre suas prerrogativas estão o direito a voto em eleições e reuniões, ficando responsáveis, ainda, pela indicação e eleição de candidatos para o cargo de Presidente da IFLA.

Em relação a seus valores, a IFLA baseia-se nos pilares da Declaração Universal dos Direitos Humanos, além da crença de que a informação deve ser entregue a todos com qualidade e precisão, sem exclusão de nenhum tipo, seja por questões raciais, políticas ou religiosas.

Nessas breves palavras fica clara a confluência de objetivos entre UNESCO e IFLA, visto que ambas, uma em sentido amplo, outra em sentido estrito, demonstram preocupação com o desenvolvimento cultural, educacional e científico mundial, sendo as bibliotecas espaços de inevitável atuação desses objetivos gerais. Nesse sentido, essas Organizações se uniram, inicialmente em torno do Manifesto sobre Bibliotecas Públicas em 1994.

Em 2000, as Diretrizes da IFLA/UNESCO para Bibliotecas Escolares confirmam os esforços de ambas sobre o desenvolvimento da educação em nível mundial, documento que serviu de inspiração e base à execução deste trabalho.

3.1 DIRETRIZES

As Diretrizes da IFLA/UNESCO para Bibliotecas Escolares é um importante documento publicado no ano de 2000 com o intuito de ajudar, incentivar e propor reflexões sobre variados pontos em relação às bibliotecas escolares.

Produzido por especialistas da área de todos os locais do planeta, dos mais variados espectros políticos e econômicos, sua preocupação basilar está centrada em

² “Founded in 1927 in Edinburgh, Scotland at an international conference, [...] We now have more than 1,400 Members in over 140 countries around the world. IFLA was registered in the Netherlands in 1971. The Royal Library, the national library of the Netherlands, in The Hague, generously provides the facilities for our headquarters.” Disponível em: <https://www.ifla.org/about/more>. Acesso em 21 de março de 2018.

compreender, analisar e sugerir que governos federais, estaduais e locais, adotem medidas que desenvolvam e fortaleçam as bibliotecas escolares, contribuindo com o desenvolvimento de estudantes e contemplando todos os tipos de situação escolar. O texto ainda deixa claro que discussões foram realizadas bem como workshops e debates para que todos os detalhes fossem contemplados, levando em conta as mais variadas características.

Grosso modo, através do manifesto, é importante destacar algumas indicações fundamentais em relação ao tema aqui abordado, mostrando quão longe estamos do sugerido pelo referido documento.

3.2 SOBRE O MANIFESTO: Algumas Considerações

As diretrizes da IFLA/UNESCO estão divididas em cinco capítulos. Destacando aqui os principais pontos que buscamos relacionar às atuais condições da biblioteca de uma escola da rede municipal de ensino de João Pessoa, sobre a qual discorreremos adiante, como um microcosmo da situação que representa a realidade brasileira.

No Capítulo 1 do documento, o assunto está dividido em missão, política e monitorização/avaliação da biblioteca escolar. Em relação à missão, temos a abrangência do ambiente, bem como os objetivos a serem alcançados:

A biblioteca escolar proporciona informação e ideias fundamentais para sermos bem sucedidos na sociedade actual, baseada na informação e no conhecimento. A biblioteca escolar desenvolve nos estudantes competências para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, permitindo-lhes tornarem-se cidadãos responsáveis. (IFLA; UNESCO, 2006, p.03)

A política da biblioteca escolar é fundamental para o desenvolvimento das unidades de informação, já que através destas ferramentas serão levados em conta os mais variados aspectos que formarão as bases do que o local poderá oferecer, tanto em termos de acervo, serviços e objetivos principais, quanto em relação a sua estrutura. Outro importante destaque feito, diz respeito à realidade onde a biblioteca estará inserida, permitindo que critérios mais acertados sejam levados em conta na feitura dessa política. É recomendado que todos devam participar na construção destes pontos, sendo de responsabilidade do Bibliotecário, Professores e Gestão Escolar, a produção do documento. Vejamos o que diz a IFLA/UNESCO:

A biblioteca escolar deve ser gerida de acordo com uma política estruturada com clareza. A política da biblioteca deve ser traçada tendo em conta orientações a que se

subordina e as necessidades da escola, e deve reflectir o seu ethos, as suas finalidades e os seus objectivos, tanto quanto a sua realidade. (2006, p.03)

Vale destacar que o documento deixa bem claro a necessidade da participação de todos que efetivamente fazem parte do organismo escolar, sendo a política a mais flexível possível em relação aos seus propósitos e a sua circulação:

Assim deve ser escrita com tanto envolvimento quanto possível, com tantas consultas quantas forem praticáveis, e deve ser partilhada de forma tão alargada quanto possível na sua forma impressa. Desta forma, a filosofia, as ideias, o conceito e as intenções para a prática e o desenvolvimento ficarão claras e serão compreendidas e subscritas por todos, assim ficando prontas a ser postas em execução de forma efectiva e entusiasta. (IFLA; UNESCO, 2006, p.3)

No que se refere à monitorização e avaliação do ambiente escolar, o documento recomenda a necessidade de constante atenção ao que está sendo implantado e desenvolvido, com vistas a melhor execução dos serviços oferecidos. São destacados cinco pontos relacionados ao desempenho: utilização, recursos humanos, qualitativos, financeiros e comparativos.

Em relação à utilização, são analisados os pontos referentes a empréstimos, tanto por parte de alunos, quanto pela comunidade escolar; visitas a biblioteca pelos alunos e comunidade escolar; processos relativos a empréstimo, uso de computadores e utilização do serviço de referência.

No quesito recursos, o manifesto recomenda medidas que devem ser tomadas visando à melhoria da gestão financeira que será utilizada na biblioteca escolar. Sob este aspecto, o documento deixa bem claro quais pontos devem ser levados em consideração, assim como mostra a necessidade de acompanhamento e fiscalização através de relatórios anuais. Ressalta ainda que, “como regra geral, o orçamento do material da biblioteca escolar deve ser pelo menos de 5% do valor da despesa por aluno do sistema escolar, excluindo salários, despesas de educação especial, transportes e fundos para desenvolvimento financeiro” (IFLA; UNESCO, 2006, p.6).

Mais a frente, temos a recomendação no que diz respeito ao ambiente físico onde deverá ficar a biblioteca escolar.

O importante papel educativo da biblioteca escolar deve reflectir-se nas condições, no mobiliário e no equipamento. É vital que a função e o uso da biblioteca escolar sejam incorporados no planeamento de novos edifícios escolares e na reorganização dos existentes. Não há uma medida universal para condições da biblioteca escolar, mas é útil e conveniente ter uma qualquer espécie de fórmula em que basear as

estimativas de planeamento, de forma a que toda a biblioteca concebida de novo, ou redesenhada, corresponda às necessidades da escola da forma mais efectiva. (IFLA; UNESCO, 2006, p.07)

Aqui temos uma questão central em relação ao que deve ser adotado nas políticas educacionais das escolas do nosso País, ou seja, como os poderes públicos são responsáveis por medidas de implementação a essas recomendações. Dessa maneira, problemas poderão ser evitados, como: falta de acessibilidade, barulho, temperaturas altas ou baixas demais, falta de iluminação, etc. Além disso, problemas relacionados à utilização inadequada de mobiliário, como por exemplo, estantes altas demais para determinada faixa etária. O texto ainda deixa explícita a necessidade de que o ambiente seja esteticamente adequado para que usuários sintam-se acolhidos e tenham o desejo de passar mais tempo no local.

Nesse sentido, concordamos com o ensinamento de Ramos e Munhoz (2011, p. 69), que lançam a reflexão:

[...] do que adianta uma determinada biblioteca ser organizada milimetricamente, com itens distribuídos de forma coerente e classificados nas suas respectivas áreas do conhecimento, se não for facilitado ao usuário o acesso a essas informações?

O ponto seguinte do documento trata da Política de Gestão de Coleções e seu uso, de forma que atenda as necessidades de todos que utilizam o acervo do local:

A biblioteca escolar deve disponibilizar acesso a um amplo leque de recursos que corresponda às necessidades dos utilizadores, independentemente da sua educação, informação e desenvolvimento pessoal. É imperativo que as coleções continuem a ser desenvolvidas de forma continuada, de modo a assegurar aos utilizadores uma escolha permanente de novos materiais. (IFLA; UNESCO, 2006, p.07).

O primeiro fator a chamar atenção nessa diretriz está relacionado ao fato de que independente de quem utilize os serviços, a biblioteca deverá dispor de inúmeros materiais, sejam eles dos mais variados suportes, contemplando tanto os físicos quanto os digitais. Além do mais, podemos inferir que tais materiais devem ser os mais diversificados possíveis, contemplando diversos saberes.

Em relação aos acervos documentais, é recomendado um total de 10 livros por aluno. Já para escolas menores, pelo menos 2500 títulos no acervo (IFLA; UNESCO, 2006, p. 09).

O próximo tópico a ser discutido se refere à equipe de trabalho da biblioteca. Vejamos o que diz:

O bibliotecário escolar é o elemento do corpo docente profissionalmente habilitado, responsável pelo planeamento e gestão da biblioteca escolar. É apoiado por uma equipa tão adequada quanto possível, trabalhando em conjunto com todos os membros da comunidade escolar e em ligação com a biblioteca pública e outras. (IFLA; UNESCO, 2006, p.11)

Através desta citação, compreendemos o papel central que o Bibliotecário exerce na biblioteca escolar, já que ele será o responsável pela coordenação, planeamento e gestão do local. Além disso, deverá ter uma equipe a sua altura, pois é através dela que suas decisões, implementações e políticas serão desenvolvidas. A este respeito, as diretrizes recomendam, ainda, a participação de voluntários, pais e professores, que deverão fazer parte da equipe, mas com uma importante ressalva:

Os voluntários não devem trabalhar como substitutos de pessoal remunerado, mas podem trabalhar como um apoio baseado num contrato que proporcione um enquadramento formal ao seu envolvimento nas actividades da biblioteca escolar. Pode recorrer-se a consultores a nível local ou nacional como assessores externos em matérias relativas ao desenvolvimento do serviço da biblioteca escolar. (IFLA; UNESCO, 2006, p.11)

O Capítulo 4 diz respeito aos programas que devem ser adotados com vistas a alcançar melhores resultados em relação a difusão da informação, aumento de níveis de alfabetização e leitura. Além disso, tais programas servem para desenvolver o ambiente bibliotecário, contando com a participação e auxílio de bibliotecas escolares localizadas próximas. Sobre esse aspecto, a IFLA/UNESCO, destaca:

Para conseguir melhorar os serviços de biblioteca para crianças e jovens numa dada comunidade, pode ser uma boa ideia a cooperação para bibliotecas escolares e bibliotecas públicas. Um protocolo de colaboração, escrito, deve incluir os seguintes pontos:

- medidas comuns para a cooperação;
- especificação e definição das áreas de cooperação;
- clarificação das implicações económicas e do modo de partilhar os custos;
- calendarização do período de tempo para a cooperação.

(IFLA; UNESCO, 2006, p.15)

O último ponto a ser abordado está relacionado ao público alvo da biblioteca escolar: os alunos.

Os alunos são o principal público-alvo da biblioteca escolar. A cooperação com outros membros da comunidade escolar é importante apenas porque é no interesse dos alunos. Os alunos podem usar a biblioteca para muitos e diferentes propósitos. Deve ser experimentada como um contexto de aprendizagem aberto, gratuito, livre e

não ameaçador, onde podem desenvolver trabalhos de todos os tipos, individualmente ou em grupo. (IFLA; UNESCO, 2006, p.18)

O texto recomenda, assim, que a biblioteca deva ser utilizada por todos eles e para os mais variados fins. Dessa maneira, alguns podem frequentar o local para ler um livro, outros poderão estudar, enquanto outros poderão consultar a Internet. Além disso, a recomendação mostra que o ambiente não deve ser ameaçador, permitindo que quem a procure, possa se sentir bem e acolhido.

As diretrizes também mostram a função cultural da biblioteca escolar, devendo ser um ambiente cheio de novas possibilidades, dinâmico, assentada em sua política e com a participação da equipe escolar, pais, e do bibliotecário responsável. É destacado que:

A biblioteca pode ser usada como um ambiente estético, cultural e estimulante que apresenta uma variedade de revistas, romances, publicações e recursos audiovisuais. Podem organizar-se eventos especiais na biblioteca tais como exposições, visitas de autores e dias internacionais da literacia. Se houver espaço suficiente, os alunos podem produzir actuações inspiradas na literatura para pais e para outros alunos, e o bibliotecário pode organizar leituras em voz alta e actividades de conto de histórias para os mais novos. (IFLA; UNESCO, 2006, p. 18)

Em seu último capítulo, o documento em tela trata da questão da promoção da biblioteca escolar, recomendando a criação de medidas voltadas ao marketing e divulgação do ambiente, demonstrando o que a biblioteca escolar oferece, quais são seus programas e serviços. Entre essas estratégias de promoção, encontra-se aquele voltado ao ensino de equipe pedagógica e alunos, tendo como objetivo ensiná-los a utilizar e otimizar o que a biblioteca tem a oferecer. Em relação aos professores:

Os cursos especialmente elaborados para professores devem dar-lhes instruções claras sobre o papel da biblioteca no ensino e na aprendizagem e sobre o apoio disponível por parte da equipa da biblioteca. Estes cursos devem sublinhar sobretudo a formação prática em pesquisa de informação relacionada com as matérias e disciplinas ensinadas pelos professores. (IFLA; UNESCO, 2006, p. 21)

No referido capítulo, são relacionadas algumas competências que podem ser desenvolvidas com o uso e auxílio da biblioteca escolar. Temos a capacidade de autonomia em relação aos serviços da biblioteca, bem como a habilidade de pesquisar e utilizar variadas fontes de informação; o trabalho em conjunto com pessoas diferentes em assuntos diversos, buscando cooperação e auxílio entre si; possibilidade de planejar e antever problemas relacionados ao estudo, pesquisa, busca da informação, contando com a participação do

bibliotecário; saber interpretar a informação de maneira que extraia o que deseja e o que busca de forma segura, avaliando fontes seguras de informação.

Percebemos, dessa forma, a abrangência do documento elaborado pela IFLA/UNESCO no que diz respeito à eficácia dos serviços de informação prestados em ambiente escolar, num espaço tão simbólico e significativo como a biblioteca. Acreditamos que as partes selecionadas e analisadas até aqui nos permitirão, na próxima seção, fazer um contraponto entre o que é recomendado pelas Diretrizes da IFLA/UNESCO para Bibliotecas Escolares e o que vemos na prática, notadamente a partir da realidade da biblioteca escolar da E.M.E.F. Duque de Caxias, visando uma reflexão sobre os grandes desafios a serem vencidos no Brasil para que ocorra a completa e eficaz observância das orientações indispensáveis ao seu desenvolvimento cultural, educacional e social.

4 METODOLOGIA

Como bem aprendemos durante nossa jornada universitária, pesquisas desenvolvidas deverão seguir uma série de normas e preceitos que devidamente fundamentados alcançarão resultados mais precisos e satisfatórios. Dessa maneira a metodologia utilizada recobre-se da mais devida importância, já que:

[...] a ciência se constitui aplicando técnicas, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos. Tem assim elementos gerais que são comuns a todos os processos de conhecimento que pretenda realizar, marcando toda atividade de pesquisa. Mas, [...] ocorrem diferenças significativas no modo de se praticar a investigação científica, em decorrência da diversidade de perspectivas epistemológicas que se podem adotar e de enfoques diferenciados que se podem assumir no trato com os objetos pesquisados e eventuais aspectos que se queira destacar. (SEVERINO, 2011, p. 117-118)

Utilizando a abordagem qualitativa, visto que se adequa ao caráter da nossa pesquisa, fundamentamos nosso trabalho com a base teórica até aqui exposta e buscamos explicar a razão dos problemas encontrados, sem, no entanto, nos atermos a números e quantificações. Também, como veremos adiante, propusemos algumas medidas em relação ao local.

Optamos pelo caminho da pesquisa bibliográfica/exploratória, já que foram consultados, livros, teses, artigos e sites de internet, seja em suporte físico ou virtual. Essa modalidade de pesquisa está baseada no trabalho de autoridades no assunto, pesquisadores, estudantes etc. Dessa maneira, vale destacar, “os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos” (SEVERINO, 2011, p. 122). Além disso, não custa lembrar, é uma tarefa trabalhosa, já que é preciso ter cuidado e seletividade para não acabar se distanciando do objeto de estudo, ou coletando informações desnecessárias para a conclusão da pesquisa.

Enquadrando-se na categoria de pesquisa participante, uma vez que trabalhamos na secretaria da escola onde está localizado o objeto de estudo, conforme já expusemos, não intervimos diretamente no local, tendo participado apenas como observadores durante o tempo necessário para a feitura da pesquisa, no que diz respeito, por exemplo, à oportunidade de vivenciar situações compartilhadas pelos frequentadores da biblioteca escolar analisada.

Como já dito anteriormente, nosso objeto de estudo, a biblioteca escolar da EMEF Duque de Caxias, serviu de análise para a realização desta pesquisa, sendo possível, através

dela, a observação dos fatos descritos a seguinte, bem como os comparativos realizados entre as diretrizes da IFLA/UNESCO com a realidade atual. Desta maneira, podemos afirmar que as dificuldades ali encontradas, serviram como estímulo para realização desta pesquisa.

Após exposição das diversas fontes bibliográficas utilizadas, a partir das questões levantadas por nosso estudo, daremos enfoque aos procedimentos adotados para obtenção dos objetivos pretendidos e resultados alcançados dentro dos limites permitidos pela nossa pesquisa.

Na leitura das fontes bibliográficas, na medida em que perguntas e questões foram levantadas ao longo do nosso estudo até que pudéssemos separar o que pretendíamos utilizar, foram necessárias diversas idas à biblioteca central em busca de fontes seguras de informação, bem como a busca em site de revistas eletrônicas, periódicos e bases de dados.

Outro fator de suma relevância para o acesso as fontes utilizadas, quando necessário, foram os diversos fichamentos feitos durante nossa pesquisa, fundamentais no processo de encontrar e embasar o estudo a que nos propusemos desde o início.

Ressaltamos, ainda, a importância que se reveste a correta utilização das ferramentas metodológicas na obtenção dos resultados pretendidos, pois, através delas, podemos construir nossa pesquisa em bases sólidas, além de creditar a quem de direito fundamentou os estudos e teorias utilizados até então.

5 ANÁLISE DA BIBLIOTECA ESCOLAR EM RELAÇÃO ÀS DIRETRIZES DA IFLA/UNESCO

5.1 BIBLIOTECA DA ESCOLA DUQUE DE CAXIAS: Situação Atual e Reflexão

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Duque de Caxias, situada na Rua Graciliano Delgado, 84, Costa e Silva, João Pessoa, fundada no ano de 1972, é parte integrante da Rede Municipal de Ensino, oferecendo Educação Infantil e Ensino Fundamental I. Atualmente possui 516 alunos matriculados, divididos em dois períodos. Boa parte do alunado reside no bairro do Costa e Silva e da comunidade *Taipa*, locais que carecem de saneamento básico, calçamento, áreas de lazer ou moradia satisfatória. Estão inseridos em um contexto de violência e sujeitos a substâncias ilícitas. Atualmente oferta o ensino integral a alunos do Pré II e 1º Ano.

Sua biblioteca conta com livros e materiais das áreas do saber que compõe o ensino Fundamental I: Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Ensino Religioso, Educação Física, Língua Inglesa e Artes. Além disso, podemos encontrar livros de Literatura em geral, com grandes nomes das letras Brasileiras, bem como revistas em quadrinhos ou livros paradidáticos, compostos quase que exclusivamente por livros, sobrando espaço para alguns jogos educativos, CDs, DVDs, etc. Sua principal atividade é servir de suporte pedagógico através do acervo e dos serviços ofertados.

A questão das bibliotecas escolares no Brasil é bastante delicada e exige de nós, bibliotecários, bastante sensibilidade no que tange à identificação de problemas e proposta de melhorias. Nesse sentido, cabe refletir sobre as palavras de Silva (2012, p. 49): “O primeiro problema da biblioteca escolar no Brasil atenta para um termo bastante polêmico: existência. Embora seja comum o uso do termo biblioteca escolar no Brasil para se referir a espaços com livros e estantes nas escolas”.

Este pode parecer um argumento exagerado, mas a verdade é que é preciso partir do conhecimento dessa realidade antes de se analisar qualquer unidade escolar no Brasil. Não é diferente para a Escola Municipal de Ensino Fundamental Duque de Caxias, objeto de nossa análise nesse estudo. Vejamos, a seguir, suas condições de funcionamento.

A biblioteca escolar fica localizada em uma sala que mede por volta de 45m², tendo um acervo de aproximadamente 5000 livros, divididos entre paradidáticos infantis, literatura e paradidáticos referentes ao ensino fundamental. Em relação ao mobiliário, são

encontradas mesas, cadeiras, estantes, armários, caixas etc. Atualmente não existe nenhuma pessoa responsável pelo local, sendo “administrada” pela gestão escolar. No ano de 2016, a escola contava com uma funcionária que respondia pelas atividades da biblioteca mas que não era bibliotecária. Em 2017, tendo perdido seu contrato junto à secretaria de educação, o local ficou fechado, tendo sido reaberto no começo deste ano.

O primeiro ponto contrastante em relação às diretrizes da IFLA/UNESCO, diz respeito à falta de uma política da biblioteca. O documento recomenda que tal ferramenta deva ser produzida tendo em vista os caminhos e objetivos que o ambiente pode oferecer, proporcionando uma política de gestão, de materiais de acervo, de analisar as reais necessidades onde a biblioteca está inserida. Entretanto, se o local não possui esta política, não pode compreender que objetivos devem ser seguidos ou que critério adotar no momento da seleção de materiais ou mesmo do mobiliário. Desta forma, toda a comunidade escolar fica prejudicada, já que desconhecem o que podem e devem encontrar no local. Além disso, não custa lembrar, a política é feita com a participação do Bibliotecário em conjunto com a equipe escolar, mas, se no local não há tal profissional, como essa ferramenta será produzida?

Por esse problema, ou seja, a falta do bibliotecário, vários outros problemas se acumulam. Vejamos, por exemplo, a questão referente a monitorização, produção de relatórios anuais e avaliação do ambiente escolar. As diretrizes recomendam revisões em relação ao desempenho da própria biblioteca, um relatório pontuando de que forma os recursos estão sendo aplicados, bem como da qualidade dos serviços que estão sendo disponibilizados. Somado a isto, temos também, segundo o documento, a questão relativa a empréstimos, uso do ambiente, serviços oferecidos pela biblioteca, etc. Ora, este serviço não é feito e não tem como ser realizado por hora, pois, como dito anteriormente, não há bibliotecário. Poderíamos relativizar a questão, assumindo a postura do discurso tão propalado no serviço público de “fazer o que pode ser feito”. Mas aí reside o X da questão: até que ponto este tipo de atitude não reflete o eterno “jeitinho” brasileiro, que vai pouco a pouco empurrando a situação de qualquer maneira, sem preocupação nenhuma com o que de fato importa, que é a contratação de um Bibliotecário para saneamento destas e outras questões?

Em relação ao mobiliário, planejamento do ambiente da biblioteca, bem como da reestruturação dos locais já construídos, podemos perceber, em uma rápida análise, que medidas pontuais devem ser tomadas para que os pontos referentes a este tema sejam postos em prática. Ao adentrar o ambiente, a primeira falha perceptível em relação à estrutura, fica por conta de um batente na entrada, impossibilitando qualquer possibilidade de cadeirantes ou

deficientes visuais, por exemplo, desfrutarem do local de modo adequado. Há problemas também de mobiliário, muitas estantes para um ambiente tão pequeno. Outro fator deficitário diz respeito ao clima no local, não existe ar condicionado, o que acarreta em um calor insuportável. Existem algumas janelas no local, mas que não são abertas devido as estantes que circundam praticamente todas as paredes da sala. A medida também recomenda que haja todo um cuidado no momento de planejar edifícios ou ambientes em que serão formadas novas bibliotecas. Embora a escola tenha passado por uma reforma no ano de 2017, nada foi planejado e feito no local.

Existem programas do governo federal que ofertam as escolas, tanto da rede municipal quanto estadual, livros dos mais variados possíveis. Na biblioteca analisada, podemos perceber que de fato, neste quesito, há uma oferta interessante de livros paradidáticos bem como dos gêneros literários: romance, aventura, fantasia etc. Os pontos negativos dizem respeito à oferta de materiais que só são encontrados de forma física, ou seja, inexistente qualquer material com suporte digital, impossibilitando importantes descobertas, como em relação aos *e-books*, por exemplo, e o número total de acervo, pois como visto anteriormente, é recomendado 10 livros por aluno, fato também não alcançado. Além disso, não basta apenas a oferta de livros, sem um olhar mais detalhado a outras questões, como por exemplo, a falta de um bibliotecário ou de uma política, já que “as políticas públicas de distribuição de livros, que constituíram os principais instrumentos para a melhoria dos níveis de leitura de alunos do ensino básico no Brasil, pouca influência tiveram no aperfeiçoamento das bibliotecas das escolas públicas (CAMPELO, 2015, p.04)”.

Vale ressaltar, ainda, que entendemos a situação da maioria das escolas públicas da nossa cidade e do nosso País, que passam por enormes dificuldades, transformando a tarefa de ofertar alguns serviços básicos em verdadeiras batalhas junto às gerências de Ensino, mas esse entendimento não pode impedir a constatação de problemas e reflexão sobre as medidas necessárias à melhoria das condições nessas bibliotecas. É preciso que, acima de qualquer interesse pessoal ou político, o interesse dos alunos e dos usuários das bibliotecas estejam em primeiro plano, sem deixar espaço para procrastinações e questões eleitorais.

Chegamos agora a um ponto nevrálgico desta pesquisa: não existe a função de bibliotecário ou auxiliar de bibliotecas no quadro de funcionários da EMEF Duque de Caxias. As pessoas atualmente responsáveis pela biblioteca não possuem nenhuma formação na área, embora um dos monitores de informática da escola tenha se formado recentemente em Biblioteconomia. Vale ressaltar que ele e a gestora escolar foram os responsáveis pela

reabertura da biblioteca escolar, montando a disposição atual do mobiliário, bem como do acervo.

Propomos, dessa maneira, os questionamentos a seguir.

Como resolver a questão da gestão e do planejamento em relação à biblioteca se os profissionais responsáveis não tem o mínimo preparo para desenvolver esta atividade? Como resolver questões relativas ao acervo? E em relação às instalações de estrutura física e de mobiliário?

Além do mais, o bibliotecário que exerce a função de monitor de informática, não teve permissão da gestão escolar municipal para efetivamente desenvolver suas competências na biblioteca, embora, para efeitos legais, não o possa fazer, já que sua função é junto ao setor de informática.

Tendo pesquisado no site do TCE, através do sistema SAGRES, que disponibiliza a folha de servidores bem como dos respectivos cargos ocupados de todas as cidade paraibanas, podemos observar que a Prefeitura Municipal de João Pessoa conta com apenas 04 Bibliotecários efetivos em seus quadros, não havendo informações sobre o local de atuação desses profissionais.

Observamos, então, a necessidade que se faz urgente da contratação de um bibliotecário que possa desenvolver suas atividades para que a biblioteca e seus usuários não padeçam de maiores problemas que, certamente, analisados e enfocados sobre a ótica de um profissional capacitado formalmente, chegariam a soluções interessantes e proveitosas. Caso essa medida não seja possível em curto prazo, a solução seria designar o referido bibliotecário que já se encontra no ambiente escolar, utilizando-o como voluntário e de forma excepcional, como recomendado pelas diretrizes, já que ele não deverá ser substituto de um eventual servidor concursado.

As dificuldades enfrentadas pelas bibliotecas escolares brasileiras são sintomáticas, refletindo o pouco interesse de todos envolvidos em criar um ambiente efetivo de compartilhamento do conhecimento. Nesse aspecto, faz-se importante registrar as palavras de Moraes (2008, p.24), que nos explica que:

No Brasil as bibliotecas escolares são as mais desprestigiadas tanto pelo poder público quanto pela classe de bibliotecários e mesmo pelos educadores que deveriam fazer delas a sua aliada na missão de ensinar e educar. A literatura da área mostra com clareza essa situação confirmada pela observação empírica das bibliotecas escolares (ou a falta delas) das redes públicas de ensino estadual e municipal.

Além disso, podemos perceber na leitura do material necessário ao desenvolvimento desta pesquisa que

o professor entende a importância da biblioteca, mas pouco a utiliza como espaço de potencialização do trabalho de sala de aula. O funcionário que atua na biblioteca parece bastante deslocado das atividades escolares como um todo, não interagindo com o trabalho pedagógico (CAMPELO, 2015, p. 05).

Nossa análise das condições de funcionamento da biblioteca escolar em questão termina com o problema relativo à forma como a biblioteca pode ser usada para os mais variados fins. Percebemos que muitos alunos da Escola a utilizam para leitura, consulta e outros para atividades recreativas como jogos de tabuleiro ou conversas. Entretanto, o local também é utilizado nos momentos em que os alunos ficam sem aulas. Como dito anteriormente, não há nenhum tipo de computador, embora haja sinal de WI-FI na escola.

Também constatamos que devido à falta de circulação de ar e problemas relacionados a mobiliário, o ambiente está longe de ser um local apazível. É possível, desenvolver, por exemplo, exposições de textos ou poesias feitas por alunos em quadros ou afixados nos locais corretos. Como não existe um bibliotecário, não existe uma parceria entre os professores e esse profissional, que poderiam conjuntamente desenvolver atividades produtivas e que refletissem em um maior aprendizado em sala de aula. Não há a formação de um senso crítico, que poderia advir de rodas de leitura, com discussões relativas as questões pelas quais o País atravessa no momento, dentre outras atividades igualmente proveitosas do ponto de vista pedagógico.

Percebemos, desta forma, que ainda há muito a se fazer. Levando-se em consideração a realidade local, em associação aos estudos para a realização deste trabalho, sugerimos a seguir algumas melhorias no intuito de tornar a biblioteca em análise um espaço minimamente eficaz ao desenvolvimento das atividades educativas da escola.

5.2 CONDIÇÕES MÍNIMAS DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA ESCOLAR

A situação da biblioteca da Escola Municipal de Ensino Fundamental Duque de Caxias é semelhante à de muitas outras escolas, tendo em vista a lacuna no que diz respeito à presença do bibliotecário, conforme estudo recente referenciado anteriormente. A principal missão da biblioteca escolar é servir de suporte pedagógico para seus usuários, a saber, alunos

e comunidade escolar como um todo, através de seu acervo e dos serviços que serão oferecidos.

Desta forma, tomando como material a ser organizado, como livros principalmente do ensino básico, livros de literatura em geral, revistas em quadrinhos, alguns jogos educativos, material multimídia (CDs/DVDs), sugerimos uma política de desenvolvimento de coleções a servir como agente balizador das decisões tomadas a partir de então, reiterando, de acordo com a realidade local, que os usuários que poderão frequentar o local serão, alunos, pais de alunos, ex-alunos, professores e funcionários e, futuramente, toda a comunidade onde a biblioteca está localizada.

Para o desenvolvimento desse tópico de estudo, contaremos com o auxílio do livro *Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias*, de Simone da Rocha Weitzel (2006). No referido texto, a autora traz uma série de preceitos relacionados às bibliotecas universitárias, os quais adaptaremos, nesse trabalho, ao contexto das bibliotecas escolares.

Uma das propostas sugeridas por esta pesquisa é a elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções que auxilie e atenda as necessidades reais dos usuários da biblioteca escolar analisada. Entretanto, antes de chegarmos neste ponto, precisamos trazer algumas definições e reflexões acerca do tema.

O desenvolvimento de coleções é um tema que vem sendo estudado, mundialmente, a partir de meados dos anos 1960, como podemos perceber nas palavras de Vergueiro (1996, p.01):

A preocupação com o desenvolvimento de coleções em bibliotecas apresenta um nítido incremento a partir das últimas décadas, quando se tornou cada vez mais claro, para bibliotecários e administradores em geral, que era praticamente impossível acompanhar o ritmo alucinante de crescimento dos materiais informacionais. Mais que isto, constatou-se que tal era verdadeiro tanto no que dizia respeito à construção de espaços físicos para acomodação dos novos itens a serem incorporados, como no que concernia à possibilidade de tratamento adequado de todo este material.

Através desta citação, podemos perceber, entre outros fatores, que o desenvolvimento de coleções está ligado diretamente a gestão das bibliotecas, tendo enfoque nos acervos e no seu espaço físico. Além disso, devido ao incremento de materiais informacionais, houve uma preocupação cada vez mais crescente em relação à qualidade em detrimento da quantidade.

No Brasil, Antonio Miranda discutiu o assunto em um evento, relacionado a realidade de seu trabalho, bem como das bibliotecas da USP, no final dos anos 1970. Com o passar do tempo e com reformas acontecidas nos currículos educacionais, foi criada uma disciplina universitária voltada a área, possibilitando o surgimento de novos estudos e práticas que serviram de base para o que é visto hoje na academia ou em livros, embora, na prática, muitas unidades de informação ainda careçam de tal instrumento, seja por falta de bibliotecários nos locais, seja pela difícil realidade enfrentada (WEITZEL, 2006).

Pela leitura do livro *Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias*, podemos inferir que o desenvolvimento de coleções é um conjunto de medidas que auxiliam o bibliotecário na tarefa de gerenciamento de uma biblioteca no que tange ao seu acervo. Além disso, seus principais pontos focais são, entre outros, o *planejamento e elaboração de políticas, análise de coleções, seleção de materiais, manutenção da coleção, contato com o usuário e avaliação do programa* (VERGUEIRO, 1996). Desta maneira, percebemos a importância do assunto e o motivo pelo qual se faz necessário a adoção desta medida, de modo que as necessidades dos usuários sejam completamente atendidas. Uma importante fala da Weitzel (2006, p.08), diz respeito ao auxílio que pode ser extraído desta ferramenta:

Os bibliotecários têm diante de si difíceis dilemas para solucionar quando, por exemplo, precisam decidir entre coleções impressas e digitais, entre fontes de acesso pago ou livre, e sobre os designios das coleções retrospectivas impressas frente às pressões por mais espaço e menos custos de armazenamento e manutenção deste tipo de materiais. São preocupações legítimas e típicas das atividades que envolvem o processo de desenvolvimento de coleções e, portanto, são questões que podem ser analisadas por meio de instrumento próprio para isto: a política de desenvolvimento de coleções.

Desta forma, a política de desenvolvimento de coleções, no caso específico da nossa pesquisa, deverá focar nas questões relativas a uma biblioteca pública, mais precisamente uma biblioteca pública escolar. Diferentemente do material consultado, que faz referências às bibliotecas universitárias, adaptaremos, na medida do possível, seus principais pontos, trazendo para a realidade encontrada. Antes disso, vejamos essa citação:

Bibliotecas escolares – Existem – ou pelo menos deveriam existir – para dar suporte às atividades pedagógicas das unidades escolares nas quais se localizam. Mais que isto: devem estar integradas ao processo educacional. As coleções das bibliotecas escolares devem seguir, na realidade, os direcionamentos do sistema educacional vigente, pautando-se pelos currículos e bibliografias básicas dos cursos. A ênfase do processo de desenvolvimento de coleções estará, portanto, muito mais na seleção de materiais para fins didático-pedagógicos - normalmente alicerçada por uma política de seleção que terá por base o currículo ou programa escolar.[...] As etapas de avaliação e desbastamento serão enfatizadas, nas

bibliotecas escolares, à medida que possibilitem adequar a coleção a eventuais mudanças nos programas e/ou currículos. (VERGUEIRO, 1996, p.07)

Ressaltamos, portanto, a importância de que essa ferramenta seja aplicada de maneira eficiente, visando o enriquecimento do acervo, bem como do ambiente da biblioteca, já que como visto anteriormente, a política de desenvolvimento de coleções também envolve os processos relacionados aos espaços físicos. Além disso, as bibliotecas possuem focos e objetivos que serão mais facilmente atingidos quando conhecerem suas limitações e possibilidades, que podem ser mais facilmente alcançáveis com os instrumentos corretos:

Ela é projetada para um determinado objetivo ou fim social. Este é o foco que possibilita as estratégias de ação da biblioteca. Para alcançar esse objetivo ou fim social, é imprescindível a elaboração de instrumento que defina a política para desenvolvimento de coleções, pois estas devem ser orientadas para indivíduos, grupos sociais e sociedades de um modo geral, conforme o caso (WEITZEL, 2006 p.08).

Além da bibliografia específica citada, contamos ainda com a leitura e estudo de diferentes documentos, como uma proposta de desenvolvimento de coleções para a biblioteca do IFRJ, em artigo de Santos et al (2016). Foram lidas e analisadas também, para composição dessa proposta, o *Plano de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca do Colégio Estadual de Campo Mourão* (2016), e a *Política de desenvolvimento de acervo das bibliotecas escolares da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte* (2009).

Os referidos textos serviram de enriquecimento à proposta desse trabalho. A partir de sua análise, apresentaremos os pontos a seguir acerca das melhorias a serem implantadas como sugestão, não apenas à biblioteca da EMEF Duque de Caxias.

Desta forma, os objetivos que sugerimos serem considerados para o bom funcionamento de uma biblioteca da modalidade escolar, de forma extensa e não definitiva, são:

- ✓ Oferecer atendimento de qualidade e eficiente aos seus usuários;
- ✓ Promover a educação através da leitura;
- ✓ Complementar o aprendizado visto em sala de aula;
- ✓ Promover atividades lúdicas;
- ✓ Realização de gincanas culturais;
- ✓ Incentivo à leitura;
- ✓ Parceria entre a biblioteca e os docentes;

- ✓ Elaborar critérios para o descarte de materiais;
- ✓ Ensino de normas da ABNT, para os alunos do Fundamental II;
- ✓ Uso contínuo da avaliação de coleção.

Para o alcance desses objetivos, abordaremos dois elementos fundamentais, segundo os ensinamentos nos artigos e documentos já citados nesse tópico: comissão de desenvolvimento de coleções (funções e competências de seus membros); acervo (constituição, fontes para a formação e aquisição); conservação e preservação; avaliação das coleções; revisão da política.

6 PROPOSTA DE ELABORAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES PARA A BIBLIOTECA DA ESCOLA MUNICIPAL DUQUE DE CAXIAS

Como dito previamente, a biblioteca da Escola Municipal Duque de Caxias não conta com um bibliotecário entre os responsáveis pelo local. Desta forma, sugerimos que um profissional da área seja contratado para exercer suas funções.

No caso da escola em questão, como a unidade conta com dois funcionários que estão relacionados à área da Biblioteconomia, os mesmos poderiam assumir essas funções, junto, por exemplo, a algum especialista educacional e o gestor escolar, formando a seguinte equipe responsável pelo desenvolvimento de coleções: um técnico em biblioteconomia, bibliotecário, na função de presidente da comissão; um técnico administrativo, atuando diretamente junto ao público, na função de atendente na biblioteca; um especialista educacional; e o gestor escolar.

Dentre as funções dessa comissão, estariam:

- ✓ Aquisição de dados a respeito da biblioteca, usuários, acervo, local, etc;
- ✓ Avaliação e reorganização do espaço físico;
- ✓ Avaliação e readaptação de equipamentos;
- ✓ Atendimento de usuários em relação a demandas de acervo;
- ✓ Racionalização da questão de materiais repetitivos;
- ✓ Atualização da biblioteca tendo em vista questões contemporâneas;
- ✓ Aproveitamento de materiais utilizados inadequadamente;
- ✓ Uso de computadores e mídias digitais;
- ✓ Implantação de sistema de classificação por cores para os livros de literatura;
- ✓ Adoção de medidas visando à promoção do ambiente da biblioteca;
- ✓ Gerenciar atividades relacionadas aos seus funcionários;
- ✓ Substituição de materiais não utilizados;
- ✓ Avaliação e mudança de mobiliário;
- ✓ Adequação a questões de acessibilidade;
- ✓ Propor o uso de periódicos, como revistas e jornais de grande circulação.

A cada um dos membros da comissão compete a administração de diferentes aspectos. Dentre as competências do presidente estão: analisar materiais tendo em vista o

descarte; traçar metas relativas a bibliotecas; traçar metas de aquisição relacionadas à biblioteca; avaliar a distribuição entre os acervos de literatura e os de sala de aula; junto ao diretor escolar, promover reuniões visando melhorias do ambiente; prezar pela eficiência do serviço e do local; ser diversificado ao selecionar materiais que espelhem os usuários; sugerir atualização e avaliação da política; poder de convocar reunião ou alterações em relação à comissão e a política; classificar obras de literatura.

Ao atendente compete: atender bem, com educação e ética; colaborar com o asseio do local; auxiliar na avaliação do acervo; auxiliar na questão do descarte de materiais; estar atento às necessidades dos alunos; sugerir atualização e avaliação da política; levantamento de dados dos alunos, relativos às suas necessidades; elaborar questionários relativos a demandas dos alunos em relação ao acervo; classificar obras de literatura; analisar criteriosamente as doações recebidas.

A participação de membros da equipe administrativa e pedagógica faz-se importante uma vez que as atividades e o funcionamento da biblioteca devem estar em consonância com todos os aspectos da vida escolar. Ao especialista escolar, dessa forma, cabe: estar presente nas reuniões da comissão; ser a ponte entre as políticas educacionais da gestão municipal e a biblioteca; avaliar se o acervo atende as expectativas sugeridas pelas diretrizes educacionais; sugerir materiais que estejam de acordo com os currículos da educação; sugerir atualização e avaliação da política.

Ao gestor escolar compete: convocar reunião ou alterações em relação a comissão e a política; decidir sobre as questões envolvendo acervo, junto com o presidente; fazer-se presente junto a respectiva região de ensino, imbuído do propósito de trazer melhorias ao local; orientação gerais, bem como poder de decisão em questões relativas a acessibilidade.

As competências aqui estabelecidas estão de acordo com as necessidades observadas no local associadas à realidade de ação da comissão de desenvolvimento de coleções no contexto escolar. Faz-se importante destacar que as competências aqui listadas não são estanques e definitivas, devendo ser constantemente avaliadas no intuito de atender o público local.

6.1 ACERVO

O acervo atual da biblioteca da Escola Municipal Duque de Caxias é constituído basicamente de materiais fornecidos pela gestão municipal, através de programas de incentivo

a leitura, para os casos de romances, histórias em quadrinhos, materiais educacionais etc. Em relação aos livros didáticos, sua remessa se dá no início de cada ano letivo, com o material sendo entregue para as disciplinas dos respectivos anos escolares.

Julgamos, no entanto, que seria importante a adoção de medidas relativas a doações, que atualmente não são aceitas no local, além da implantação de um sistema de troca entre as bibliotecas escolares da rede municipal de Ensino. Além disso, Campello (2001, p.77) ressalta que:

A coleção da biblioteca deve então estar preparada para oferecer uma variedade de materiais na forma de textos, mapas, filmes, depoimentos de pessoas, além das tradicionais enciclopédias e livros. [...] A riqueza do acervo vai permitir também que as crianças aprendam sobre as próprias fontes de informação no que diz respeito à sua autoria, origem e época em que foram produzidas, percebendo que elas são produto da pesquisa e do trabalho de diversas pessoas.

Essas medidas seriam imprescindíveis à renovação e diversificação do acervo das escolas, uma vez que tem o objetivo de contemplar todas as faixas etárias, das crianças aos familiares e membros da escola, devendo ser o mais diversificado possível, com variados temas e abordagens, contribuindo assim, para o melhor desenvolvimento dos alunos e de toda a comunidade escolar.

Para a seleção do acervo, sugerimos os seguintes critérios, de acordo com os documentos estudados: conteúdo que esteja de acordo com as atuais políticas pedagógica e curriculares; qualidade do material em relação ao seu conteúdo; obras que contemplem questões atuais em relação ao país; diversidade em termos de questões políticas; adoção de autores contemporâneos em relação aos livros de literatura; levar em conta a qualidade dos materiais em relação ao seu estado de conservação; levar em conta a questão da demanda dos usuários por determinado tema; avaliar os questionários preenchidos pelos usuários em relação a demandas do acervo.

Para a formação do acervo, complementando as sugestões já apontadas, destacamos: lista de editores e catálogos; sugestão dos usuários através dos questionários; doação; permuta com outras unidades de ensino; currículos pedagógicos; programas do governo Federal.

Em relação às escolhas das obras, no que diz respeito ao aspecto qualitativo, os responsáveis por tal medida serão os participantes da comissão, os quais deliberarão baseados nos critérios expostos anteriormente. Para que os resultados sejam satisfatórios e efetivos, faz-se necessária a cooperação de todos os membros, tendo em vista os critérios, missões e objetivos da biblioteca escolar.

Em termos quantitativos, a seleção do acervo deve levar em conta diversos aspectos, de acordo com a tipologia. Desta forma:

✓ **Itens da coleção de referência (dicionários, enciclopédias):** serão periodicamente analisados, levando em conta características deste tipo de material, já que precisam ser constantemente analisados devido a atualização de seus dados.

✓ **Livros de Ensino:** esse tipo de material é adquirido através da Secretaria de Educação do Município, a cada início de ano letivo. Desta forma, a sua seleção ficará restrita ao acompanhamento do estado do material depois de utilizados pelos alunos, já que sua quantidade está vinculada ao número total dos mesmos.

✓ **Livros Paradidáticos:** livros adquiridos através de programas do Governo Federal e que também poderão ser adquiridos por meio de doações ou trocas que serão implementadas por meio dessa Política de Desenvolvimento. Poderão ser trocados no caso de pouca utilização por meios dos usuários, bem como através do recebimento de doações.

✓ **Multimeios:** a aquisição deste tipo de material dependerá do repasse de verbas da Secretaria de Educação para a implementação de coleções de DVDs, material audiovisual, bem como de equipamento que possibilite a utilização dessas ferramentas.

Para a constante renovação do acervo, a aquisição de materiais deve levar em conta também a possibilidade de doação, além de troca ou permuta.

Como a biblioteca escolar não dispõe de recursos financeiros para serem aplicados na compra de livros, já que estes recursos são adquiridos através de programas governamentais, o local depende exclusivamente de doações para aquisição de materiais que por ventura não sejam contemplados com tais políticas.

Desta forma, além dos critérios já apontados, sugerimos a adoção dos seguintes critérios para o recebimento de doações: análise em relação à qualidade física do suporte; análise em relação ao conteúdo. Caso sejam aceitos, os livros farão parte do acervo da biblioteca.

No caso de troca ou permuta, essa sugestão depende da participação de outras escolas do bairro ou da região. Se implantada essa medida, os livros pouco utilizados ou em

grande quantidade, podem ser trocados em definitivo tendo em vista a diversificação dos acervos, bem como atender os critérios de demandas dos usuários. Para tanto, além daqueles já referenciados, os pontos de análise deverão ser os seguintes: relevância para o acervo; qualidade do suporte; demanda dos alunos e professores.

6.2 CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO

A conservação e a preservação dos materiais que compõem o acervo das bibliotecas escolares são importantes ferramentas que auxiliam na manutenção dos livros, bem como evitam futuros problemas de sujeira, infestação, deterioração ou piora no estado físico das obras. Entretanto, além de não haver espaço físico na biblioteca e tampouco na escola, estas atividades não são realizadas em nossa unidade de informação.

Esperamos que com as importantes conquistas acontecidas nos últimos anos em termos de leis específicas em relações às bibliotecas, estes mecanismos possam vir a ser utilizados no local.

No contexto atual, a conservação e preservação serão feitas de forma precária, através da guarda correta dos livros nas estantes, da proibição de entrada de alunos com alimentos, assim como o não manuseio de livros com as mãos sujas. Não é o ideal, mas são medidas que podem melhorar a situação.

6.3 AVALIAÇÃO DE COLEÇÕES

A Avaliação de coleções é uma ferramenta que auxilia em todos os processos e decisões que deverão ser tomadas em função da biblioteca escolar. Através dela, a comissão estará ciente dos mecanismos bem como das necessidades do local e dos seus usuários. A aquisição de novos materiais, o descarte ou medidas relacionadas ao espaço físico, por exemplo, serão tomadas com base nesta avaliação.

Acreditamos que o tempo ideal para que as avaliações sejam realizadas pela comissão em relação ao seu acervo, seja semestral, embora, questões relativas às expectativas dos usuários e a satisfação encontrada no ambiente, deverão acontecer diariamente, seja através de sugestões dos alunos ou da observação dos mesmos.

6.4 REVISÃO DA POLÍTICA

Esta política deverá ser revisada a cada dois anos, período que consiste com a mudança da gestão escolar, feita através de eleições. Acrescentamos, entretanto, que, caso venham a ocorrer mudanças em relação à implantação de novos ambientes físicos, contratação de pessoal ou, ainda, em relação à utilização de novas mídias, mudanças poderão ser feitas através da comissão e seus componentes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procuramos mostrar o caráter transformador e cultural que uma biblioteca escolar pode possuir, desde que alguns critérios sejam aplicados para o seu bom funcionamento. Para tanto, fizemos uma retrospectiva da história das bibliotecas escolares no Brasil, contemplando importantes medidas que foram sugeridas e tomadas desde então.

Analisamos alguns pontos que achamos interessante nas importantes diretrizes da IFLA/UNESCO, que recomendam uma série de medidas que se postas em prática pelas nossas bibliotecas, certamente, mudariam o panorama dessas instituições em nosso País. Além disso, discutimos, sem entrarmos na questão política, a respeito da necessidade que algumas atitudes sejam assumidas pelos respectivos poderes públicos para que este locais se desenvolvam de forma adequada e certa em seus propósitos e objetivos, beneficiando a principal interessada, qual seja a comunidade escolar que extrai o seu futuro dos poucos recursos disponíveis na escola pública. Nesse sentido, como bem apontam Castro Filho e Marcolino (2014, p.16):

Considerando que a biblioteca escolar atua com a coletividade, a mesma deve refletir e compreender o verdadeiro valor que representa para sua comunidade diversificada. Culturalmente, ao longo do tempo essa comunidade atendida tende a rever seus conceitos, pensamentos e formas de agir. A boa leitura, aquela que lhe é construtiva, aos poucos contribui para a construção de novas realidades.

Buscamos, ainda, discutir a situação da biblioteca escolar da E.M.E.F. Duque de Caxias, sob a ótica das diretrizes IFLA/UNESCO, contrapondo o que o documento sugere e o que foi encontrado na prática.

Gostaríamos de deixar claro que o objetivo desse trabalho não tangencia críticas despropositadas à gestão da escola, seus funcionários, ou os funcionários da Educação do município da cidade de João Pessoa. Nosso propósito foi, exclusivamente analisar os problemas enfrentados pela biblioteca escolar estudada, pontuando aspectos que fazem parte da realidade cotidiana para em seguida, emitir algumas sugestões de melhorias com os recursos disponíveis.

Acreditamos que nossos objetivos foram alcançados, tendo em vista que conseguimos desenvolver o trabalho levantando pontos importantes que podem ser discutidos pensando sempre na questão dos usuários, pois são o principal objetivo de qualquer unidade de informação, e a meta final de qualquer bibliotecário.

REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA ESCOLAR ESTADUAL JOAQUIM MARIA MACHADO DE ASSIS DO COLÉGIO ESTADUAL DE CAMPO MOURÃO. **Plano de desenvolvimento de coleções**. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ZJueXo19R6UJ:www.cpmestadualcm.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/5/430/12/arquivos/File/Normas%2520e%2520Regulamento/planodesenvolvimento2011.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 22 Nov. 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.944, de 14 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110994.htm. Acesso em: 15 Jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm. Acesso em: 15 Jan. 2018.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Bibliotecas escolares e biblioteconomia escolar no Brasil. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 4, n. 1, 2015.10661/issn.2238-5894.berev.2015.10661. DOI:10.11606/issn.2238-5894.berev.2015.10661. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/21376>>. Acesso em: 18 Jan. 2018.

CAMPELLO, Bernadete Santos et al. A coleção da biblioteca escolar na perspectiva dos parâmetros curriculares nacionais. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 71-88, dez. 2001. ISSN 1981-8920. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1687/1438>>. Acesso em: 18 Jan. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2001v6n2p71>.

CÔRTE, Adelaide Ramos e; BANDEIRA, Suelena Pinto. **Biblioteca escolar**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2011.

CRUZ, Alexandra dos Santos; CARVALHO, Ediane Toscano Galdino de. Bibliotecas públicas escolares do município de João Pessoa: campo de trabalho em expansão. **Biblionline**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 33-48, 2014. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/43003>. Acesso em: 05 Mar. 2018.

DIAS, Maria de Fátima Semedo. **Bibliotecas escolares: história e actualidade**. Universidade do Porto, 2007. Disponível em: < <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/23366/2/29686.pdf> >. Acesso em 22 Jan. 2018.

IFLA. More about IFLA. Disponível em : < <https://www.ifla.org/about/more> >. Acesso em 23 Mar. 2018.

IFLA; UNESCO. **Diretrizes da IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares**. 2006. Disponível em: < <http://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt.pdf> >. Acesso em: 12 Nov. 2016.

MARCOLINO, Maria Antonieta Ribeiro; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. Biblioteca Escolar e os usuários especiais: o profissional da informação frente ao desafio da inclusão. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 28, n. 2, p. 9-25, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/4216>>. Acesso em: 02 Nov. 2016.

MORAES, Lourdes de Souza. Bibliotecas escolares: leitura e informação para uma cidade educadora. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 22-33, out. 2008. Disponível em: <http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/view/28>. Acesso em: 25 Out. 2016.

PIMENTEL, Graça. **Biblioteca escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/biblio_esc.pdf >. Acesso em 01 Fev. 2018.

RAMOS, Clériston Ribeiro; MUNHOZ, Deise Parula. A subjetividade da relevância na recuperação da informação: análise a partir de imagens representativas. **BIBLOS**, [S.l.], v. 25, n. 1, p. 69-79, dez. 2011. ISSN 2236-7594. Disponível em: < <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/1932> >. Acesso em: 04 Abr. 2018.

RUSSO, Mariza; SOUZA, Danyara de Jesus de. Biblioteca escolar brasileira na sociedade da informação: uma parceria proativa entre bibliotecário e pedagogo em prol da aprendizagem, da competência em informação e da quebra de paradigmas. In: XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 07 A 10 DE JULHO DE 2013. **Anais do CBBB**. Florianópolis: 2013. Disponível em: < <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1241> >. Acesso em 04 Jan. 2018.

SALA, Fabiana; MILITÃO, Silvio César Nunes. Biblioteca escolar no Brasil: origem e legislação nacional educacional. In: EDUCERE – **XIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. Curitiba: 2017. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24341_12048.pdf>. Acesso em 13 Mar. 2018.

SANTOS, Josiel Machado. Bibliotecas no Brasil: um olhar histórico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.6, n.1, p. 50-61, jul. 2011. ISSN 1980-6949. Disponível em: < <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/132> >. Acesso em: 04 Abr. 2018.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Prefeitura de Belo Horizonte. **Política de desenvolvimento de acervo das bibliotecas escolares da Rede Municipal de Educação de**

Belo Horizonte. Belo Horizonte: 2009. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:9mL724DVnH4J:portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do%3Fevento%3Ddownload%26urlArqPlc%3DPolitica_de_Developmento_de_Acervo.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 20 Nov. 2016.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Prefeitura de João Pessoa. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/sedec/>>. Acesso em 04 Abr. 2018.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil e análise da lei 12.244/10. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.16, n.2, p. 489-517, jul./dez., 2011. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/797>>. Acesso em 14 Nov. 2016.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. A Biblioteca Escolar em tempo de mudanças no Brasil? a contribuição da Biblioteconomia a partir de uma identidade de projeto. **BIBLOS**, [S.l.], v. 26, n. 2, p. 47-66, jul. 2013. ISSN 2236-7594. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/2006>>. Acesso em: 21 Fev. 2018.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública Brasileira: desempenho e perspectivas**. São Paulo: Lisa, 1980. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/12779>. Acesso em: 23 Mar. 2018.

UNESCO. Educación para el desarrollo sostenible. Disponível em: <https://es.unesco.org/themes/educacion-desarrollo-sostenible>. Acesso em 23 Mar. 2018.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 22, n. 1, abr. 1993. ISSN 1518-8353. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/512>>. Acesso em: 10 maio 2018.

WEITZEL, S. R. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Niterói: Intertexto, 2006.

XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 2013, Florianópolis. **Anais**. Proposta de uma política de formação e desenvolvimento de coleções: Biblioteca do Instituto Federal do Rio de Janeiro – Campus Nilópolis. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1438>>. Acesso em: 15 Nov. 2016.

ANEXO – Autorização de Desenvolvimento de Pesquisa na Biblioteca Escolar



Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria de Educação e Cultura
Escola Municipal de Ensino Fundamental Duque de Caxias
Rua Graciliano Delgado N°. 284 Costa e Silva CEP: 58.081-000
João Pessoa – Paraíba

EMEF DUQUE DE CAXIAS
Rua Graciliano Delgado - 284
Costa e Silva - CEP 58.081-000
FONE: (83) 3218-9392
emefdcaixias@gmail.com
João Pessoa - PB

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que Jackson Rilton Lima Araujo Nunes, matrícula 82.820-3, desenvolveu sua pesquisa relativa ao trabalho de conclusão de curso(TCC) na biblioteca escolar de nossa unidade.

João Pessoa, 09 de Julho de 2018

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Francisca Kélcia de O. Silva', is written over a horizontal line.

A Direção

Francisca Kélcia de O. Silva
Gestora Escolar
Mat. 31.019-1